

Revista 
Aeronáutica

ISSN 0486-6274

Número **285**
2013

PRESIDENTE

Ten Brig Ar Ivan Moacyr da Frota

1º Vice-Presidente

Maj Brig Ar Márcio Callafange

2º Vice-Presidente

Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes

Assessor Especial da Presidência
Brig Ar Cezar de Barros Perlingeiro

www.caer.org.br
revista@caer.org.br



Expediente

Out./Nov./Dez. 2013

ISSN 0486-6274

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Central

Brig Ar Guilherme Sarmiento Sperry

Sede Barra

Ten Cel Int José Augusto Santana de Oliveira

Sede Lacustre

Cel Int Antonio Teixeira Lima

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa

CONSELHO FISCAL

Presidente - Brig Int Helio Gonçalves

DEPARTAMENTOS

SEDE CENTRAL

Administrativo

Cel Int Ezio de Luna Freire

Beneficente

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

Cultural

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Comunicação Social

Ten Cel Ana Elisa Jardim de Mattos A. de Melo

Centro de Tecnologia e Informação – CTI

Ten Cel Int Franklin José Maribondo da Trindade

Financeiro

Cel Int Júlio Sérgio Kistemarcher do Nascimento

Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Patrimonial / Secretaria Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Social

Ten Cel Int José Pinto Cabral

CHICAER

Ten Brig Ar Ivan Moacyr da Frota

SEDE BARRA

Aerodesportivo

Cel Av João Fares Netto

Dir. Operações - Ten Cel Av José Carlos da Conceição

Desportivo

Ten Cel Av Antonio Vianna Jordão

Assessores

Administração - Cel Av Mauro Domeneck Salgado

Financeiro - Ten Cel Antônio Rodrigues de Sousa

Expediente Sede Central

Dias: 3ª a 6ª feira

Horário: 9h às 12h e 13h às 17h

ENDEREÇOS E TELEFONES

Sede Central

Praça Marechal Âncora, 15
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200

- Tel.: (21) 2210-3212
- Fax: (21) 2220-8444

Sede Barra

Rua Raquel de Queiroz, s/nº
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-710

- Tel.: (21) 3325-2681

Sede Lacustre

Estrada da Figueira, nº 1
Arraial do Cabo - RJ - CEP 28930-000

- Tel.: (22) 2662-1510
- Fax: (22) 2662-1049

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel.: (21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Jornalista Responsável

J. Marcos Montebello

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Márcia Helena Mendes dos Santos

Secretárias

Gabriela da Hora Rangel
e Juliana Helena Abreu Lima

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



Ilustrações
Araken

Índice

4 MENSAGEM DO PRESIDENTE
Ten Brig Ar Ivan Frota

6 NOTÍCIAS DO CAER
Redação

10 A DOCTRINA DA AÇÃO PREVENTIVA
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av

12 SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA
Ives Gandra da Silva Martins
Tributarista

14 ESTADO E GESTÃO PÚBLICA:
DESCAMINHOS E DESVIOS ÉTICOS
Afonso Farias de Souza Júnior
Cel Int

16 A NOVA ORDEM MUNDIAL
Vanderlino Horizonte Ramage
Maj Aer

19 DIA DO AVIADOR
Juliana Montenegro Erthal

20 A PERMANÊNCIA DO PENSAMENTO
DE EUCLIDES DA CUNHA
Manoel Soriano Neto
Cel Inf

24 RONDON E AS MISSÕES DE PAZ
Paulo Dartanhan Marques de Amorim
Cel Cav

26 ACERVO DE BOAS IDEIAS
Audrey Furlaneto

28 CREPÚSCULO DO CIVISMO
Jarbas Passarinho
Ten Cel Art

30 REEQUIPAMENTO, MODERNIZAÇÕES:
E O AVIÃO DE COMBATE FUTURO?
Maj Brig Ar Lauro Ney Menezes

33 FLÂMULA, UMA RELÍQUIA
DO PASSADO
Francisco José Degrazia Dellamora
Cel Av

34 VISITA AO SÉTIMO DE PATRULHA
Luis Alberto Costa Cutrim
Cel Av

36 UM HINO PARA A FORÇA AÉREA
BRASILEIRA
Brig Ar Teomar Fonseca Quirico

38 VISITANDO A ACADEMIA MILITAR
DE WEST POINT
Israel Blajberg
Engenheiro

40 UMA VISÃO TEOLÓGICA
NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA
João Geraldo Machado Bellocchio
Teólogo

45 AJUDEMOS A SALVAR JERUSALÉM
Olavo Nogueira Dell'Isola
Cel Av

46 A REPÚBLICA MAL-AMADA
Pedro Sprejer

48 O QUE FOI... COMO FOI...
O QUE PODERIA TER SIDO
Raul Galbarro Vianna
Cel Av

50 A FAB PERDE O SEU ÚLTIMO PILOTO
VETERANO DA SEGUNDA GUERRA:
MAJ BRIG AR MIRANDA CORRÊA
Júlio César Guedes Antunes
Professor





Mensagem do Presidente

Ten Brig Ar Ivan Frota
Presidente do Clube de Aeronáutica

Bem-estar familiar ❖ Eficiente Força Aérea



2013 - 2014

No ocaso do ano que finda e na aurora do que se inicia, a Diretoria e os Conselhos Deliberativo e Fiscal do Clube de Aeronáutica auguram ao seu Quadro Social um NATAL alegre e um ANO NOVO pleno de felicidade junto as suas respectivas famílias.

Que em “dois mil e quatorze” o Brasil, a Força Aérea, o Clube e seus respectivos membros alcancem os ideais e as metas a que se propuseram.

31 de dezembro de 2013

NOTÍCIAS do CAER

João Victorino
Jornalista

Pesquisador do Grupo de Estudos
do Curso de Pensamento Brasileiro

fevijo@gmail.com

PENSAMENTO BRASILEIRO NA BAHIA

Uma nova viagem foi programada pelo grupo de estudos do Clube de Aeronáutica, do Rio de Janeiro, que há sete anos vem se empenhando em descobrir todos os meandros que formaram o esboço do Pensamento Brasileiro.

Depois de ter estado na Região Amazônica, tanto a Oriental como a Ocidental, e também em Portugal, desta vez, o grupo foi à Bahia, porta de entrada do descobrimento e também de muitas levas de escravos, para esmiuçar todas as informações que marcaram a formação de um ser nitidamente nacional.

Contando com o apoio incondicional e irrestrito das autoridades aeronáuticas, o grupo se deslocou até Salvador, tendo como base o magnífico Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica (CEMCOHA), na paradisíaca Avenida Oceânica, no bairro de Ondina, que está sob o comando impecável e de dedicação absoluta do Cel Int Murilo R. Viana Filho e do Cel Av José Carlos Silva. Para fazer jus às mordomias oferecidas pelo belo local, cada participante responsabilizou-se por todas as suas despesas em território baiano.

Como o passado está intimamente ligado ao presente, o primeiro passo foi conhecer a Base Aérea de Salvador, e o Primeiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação (1º/7º GAV), que acaba de completar 71 anos de existência, e tem importante função estratégica na defesa do território brasileiro.

Esse ideal, nascido a 5 de novembro de 1942, permanece ativado com a chegada do FAB 7203, o primeiro P-3AM, que faz parte de um lote de doze P-3 A, adquiridos nos Estados Unidos e modernizados com o que há de mais avançado no mundo em sensores, como Radar de Abertura Sintética e Abertura Sintética Invertida; equipamento ESN de busca passiva; sistema FLIR, para busca e identificação em ambientes de baixa visibilidade, e sistema acústico, que tem a capacidade de monitorar 32 boias radiofônicas simultaneamente; e sistema tático de missão, que se denomina FITS (Full Integrated Tactical System).

Na véspera da chegada do grupo a Salvador, às três horas da manhã, foi emitido um sinal de que havia um navio estranho, em emergência, nas águas marítimas brasi-

leiras, a 150 milhas de Natal, no Rio Grande do Norte. De imediato a equipe foi acionada para detectar o ocorrido. E, em pouco tempo, teve resposta de que a embarcação mercante era legítima e que o sinal havia sido ocasionado por erro de manuseio do equipamento. Ao relatar esse fato, o Ten Cel José Henrique Kaipper e o Maj Howard demonstraram o total apreço que têm pela função que desempenham, estando sempre dispostos a entrar em campo.

As tradições místicas

Para abordar a questão religiosa, que ajudou a formar o Pensamento Brasileiro, o grupo pode travar um maior contato com o tema, através do Taata Anselmo Santos Minatojy, que é Mestre em Educação e Contemporaneidade, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com extensão em gestão, história e cultura afro-brasileira; bacharel em Secretariado Executivo pela Universidade Católica do Salvador; e que hoje comanda o Terreiro Mokambo, Casa da Força Espiritual das Divindades Dandalunda e Tempo, na Vila Dois de Julho, um Terreiro de Candomblé Bantu.



Livros raros do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro

Palestra proferida por Francisco Soares Senna e Dinorah d'Araújo Belbert de Castro, na Universidade Católica de Salvador



O cérebro do Pensamento

Após percorrer o Centro Histórico e apreciar algumas joias da arquitetura, o grupo viajou no tempo através da palestra do arquiteto Francisco Soares Senna sobre a história da fundação da cidade de Salvador, no século XVIII, – totalmente planejada – e seu desenvolvimento urbanístico através dos séculos.

“Em nenhum lugar do mundo existe uma miscigenação tão grande como a que ocorreu na Bahia. Tem uma construção linguística muito característica. A pluralidade dá a unidade baiana. O único lugar que tem algumas características que podem servir de parâmetro cultural é Cuba” – comentou o arquiteto.

Ainda no espaço do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, instalado na Universidade Católica do Salvador, a sua presidente, Dinorah d'Araújo Belbert de Castro, doutora em Filosofia, pela Universidade Gama Filho (RJ), mestra em Ciências Humanas, pela Universidade

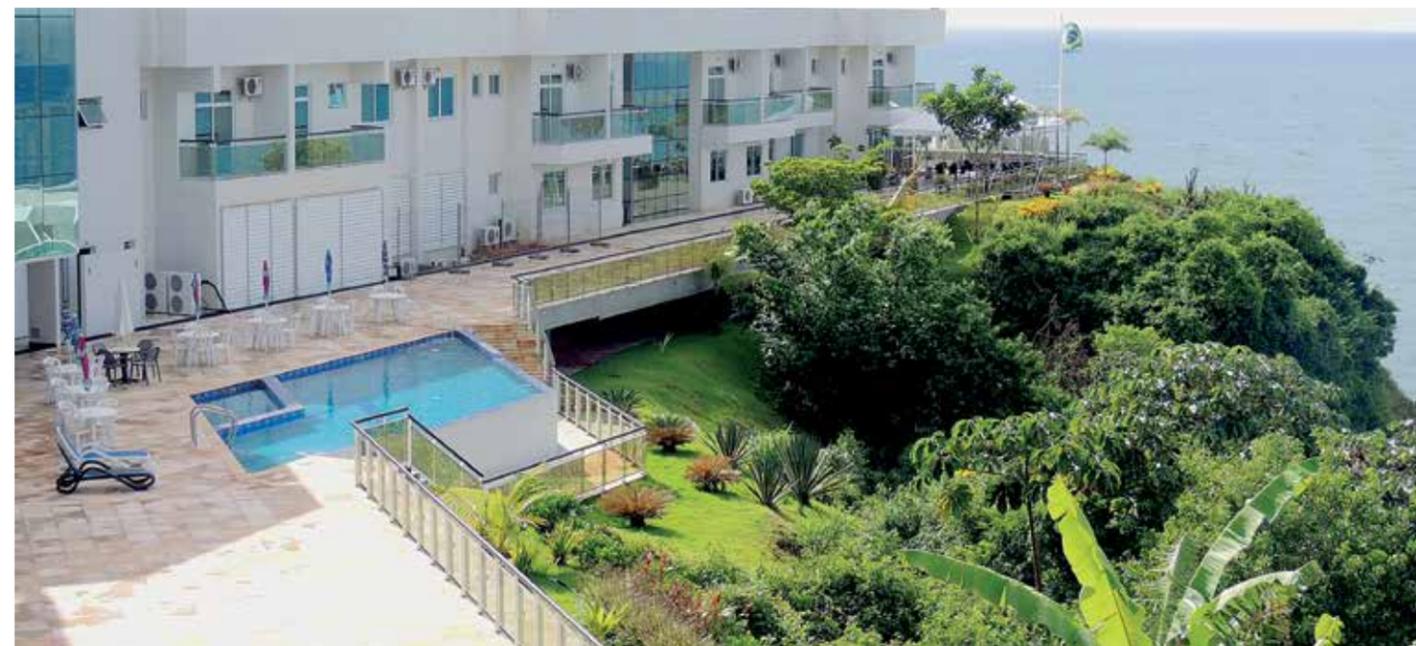


Igreja de São Francisco

Federal da Bahia, licenciada em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador e pela Faculdade São Bento, discorreu sobre a importância desse trabalho em prol de resgatar informações a respeito do que veio a ser componente da formação do Pensamento Brasileiro, e garantiu que essa descoberta demonstra o quanto somos grandiosos e não apenas grandes demais, como enfatizou.

Na biblioteca onde está sendo conservado um dos mais importantes acervos sobre a história do Pensamento Brasileiro, ela fez questão de ofertar a todos o livro “Histórias das Idéias Filosóficas na Bahia”, do século XVI ao XIX, de sua autoria, em parceria com Francisco Pinheiro Lima Junior, diplomado em Filosofia e Teologia pelo Seminário Central da Bahia, pela Universidade Gregoriana de Roma, e doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia.

A riqueza da cultura e dos ensinamentos que a Bahia oferece a quem a visita, de fato, vale os versos de Chianca de Garcia, para a música de Herivelto Martins, que diz: “A Bahia da magia/ dos feitiços e da fé/ Bahia que tem tanta igreja/ e tem tanto candomblé/ vem em busca da Bahia/cidade da tentação/onde o teu feitiço impera/vem e me trazes o teu coração/ vem, a Bahia te espera”.



Palestra do Taata Anselmo Santos Minatojy sobre Candomblé, na sala de Convenções do CEMCOHA

NOTÍCIAS do CAER



PERPETUAÇÃO DAS ESPADAS

Nylson de Queiroz Gardel

Cel Av



Foi realizada no dia 18 de outubro de 2013, na Academia da Força Aérea, em Pirassununga, a 2ª Cerimônia de Perpetuação das Espadas, promovida pela turma BQ52/AF57, em coordenação com o Comandante daquele Estabelecimento de Ensino da Aeronáutica.

A programação constou de uma solenidade militar perante o Corpo de Cadetes, incluindo com destaque, a leitura da seguinte mensagem dos doadores:

“Sejamos breves! Palavras não saberão traduzir a alegria, a felicidade, o orgulho que transbordam dos nossos corações, ao legarmos aos pósteros o dever sagrado de empunhar o símbolo do guerreiro que nos acompanhou, por décadas, nas floridas veredas da querida e gloriosa Força Aérea.

Sabendo nossos nomes perpetuados nas luzentes lâminas, junto a outros companheiros desta vibrante juventude, o peito se ufana, o pensamento voa, os olhos umedecem, tornando mais suave o fardo dos anos que ora carregamos.

Cabe aqui o texto da carta recebida de um Aspirante Aviador, contemplado, anteriormente, com uma espada da nossa turma:

Comprometo-me em ser um bom oficial, esforçando-me ao máximo para servir bem o nosso país, honrando desta forma a espada recebida. Comprometo-me também em, futuramente, passá-la para outro cadete, perpetuando-a. Que eu possa corresponder às expectativas da nação”.

Por fim, arrisquemos um conselho:

“Ame com fé e orgulho a terra em que nasceste e eleve mais alto o nome da nossa Força Aérea que, todos nós, ao longo de nossas existências, lutamos para construir”.

Palavras dos Aspirantes de 1957.



Da esq. para a dir., Cel Av Gardel, Brig Ar Perlingeiro, Cel Int Abreu (falecido) representado pelo seu filho Dr. Evandro (ao fundo), Brig Ar Eugênio, Ten Brig Ar Kawanami, Brig Ar Carlos Eduardo (Cmt da AFA), Maj Brig Ar Callafange e Cel Int Garro



A marcialidade e o garbo observado no desfile do Corpo de Cadetes deixou em todos os presentes um indescritível sentimento de emoção e brasilidade.

A demonstração homenageou o “Dia do Mestre” e a “Perpetuação das Espadas” doadas pela turma de 1957, contando com as seguintes participações: Ten Brig Ar Masao Kawanami, Maj Brig Ar Márcio Callafange, Brig Ar Aristides Eugênio da Cruz Medeiros e Brig Ar Cezar de Barros Perlingeiro; bem como do Cel Av Nylson de Queiroz Gardel, do Cel Int Aer Watson Ramalho Garro e do Cel Int Aer Evandro Aléssio Abreu (falecido), representado pelo seu filho Dr. Evandro Aléssio Machado Abreu.

INCAER tem novo Conselheiro

João Victorino

Jornalista

Os ideais de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, considerado o Mártir da Tecnologia Aeronáutica por ter sacrificado a sua vida em prol de seus sonhos e patrono da cadeira de número 2 do Conselho Superior do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), não foram esquecidos pelo seu sucessor: o criativo engenheiro, projetista e fabricante de aviões, José Carlos de Barros Neiva, que também deixou um inesquecível legado.

Agora, como bem afirmou o Conselheiro Cel Av Manuel Cambeses Júnior, na sua saudação de boas-vindas, o Cel Av Araken Hipólito da Costa também dará à cadeira de número 2 a importância que ela sempre significou para o Conselho, em função de uma vida inteiramente devotada à Aeronáutica e aos mais diversos segmentos culturais.

O Conselheiro Cambeses disse que o Conselho Superior do INCAER estava imensamente feliz por contar, a partir daquele momento, com um prestimoso, dedicado e leal companheiro com seus notáveis conhecimentos, invejável cultura, excepcionais dotes artísticos e invulgar experiência de vida. Garantiu que oferecerá, sem sombra de dúvida, uma importante contribuição para elevar, ainda mais, o conceito que o Conselho desfruta junto à Força Aérea, e, acima de tudo, no seio da fraterna Família Aeronáutica.

– Firmeza, luz e transparência como cristal de rocha, breves palavras, que, em nosso entender, definem a encantadora personalidade do Cel Araken. Falarmos do insigne companheiro é tecer loas a um homem polivalente, dotado de excelsas qualidades morais e intelectuais, que

muito o credenciam a ombrear com os seus ilustres pares, no Conselho Superior desta consagrada instituição – enalteceu o orador.

E prosseguindo na definição da trajetória do Araken, disse: – Sua vida, totalmente voltada para a carreira militar e para a cultura, constitui exemplo que muito o dignifica, quer nas atividades castrenses de exímio piloto de caça, como na prolifera produção artístico-cultural, desenvolvida no campo da arquitetura, filosofia, teologia e das artes plásticas, evidenciando uma personalidade multifacetada, rica em valores e de invejável cultura geral.

– Indubitavelmente temos plena convicção de que o Conselho Superior acaba de ser brindado com uma personalidade de alto quilate, cujo nome empresta galardão e acentuado prestígio ao INCAER – enfatizou o Cel Cambeses.

A seguir, o Cel Araken, atual Diretor Cultural do Clube de Aeronáutica, em que edita a Revista Aeronáutica e também comanda o Grupo de Estudos e o Curso do Pensamento Brasileiro, fez uso da palavra para agradecer a presença das autoridades, dos familiares e da imensa legião de amigos.

Demonstrando uma incontida emoção pelo convite, destacou os valores e as realizações do patrono da cadeira número 2, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, nascido em 1864, na cidade de Macaíba, no Rio Grande do Norte.

Logo em seguida, teceu comentários elogiosos ao seu antecessor, José Carlos de Barros Neiva, ressaltando o pioneirismo na construção aeronáutica brasileira. E também comentou a importância da



Cel Av Araken recebe o Título de Conselheiro do INCAER pelas mãos do Ten Brig Ar Vilarinho



Cel Av Cambeses, Conselheiro do INCAER, realizando discurso de entronização

cultura aeronáutica para a formação da identidade e da integração nacional.

Por fim, explicou todo o projeto que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos idealizado por ele, para o Clube de Aeronáutica, e do seu empenho na concretização do credenciamento do Curso do Pensamento Brasileiro.

Finalizando a cerimônia, o Ten Brig Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, diretor do INCAER, entregou o diploma de posse, agradeceu a presença de todos e convidou os presentes para o tradicional chá.



Panorama do público com a expressiva presença de Conselheiros e autoridades

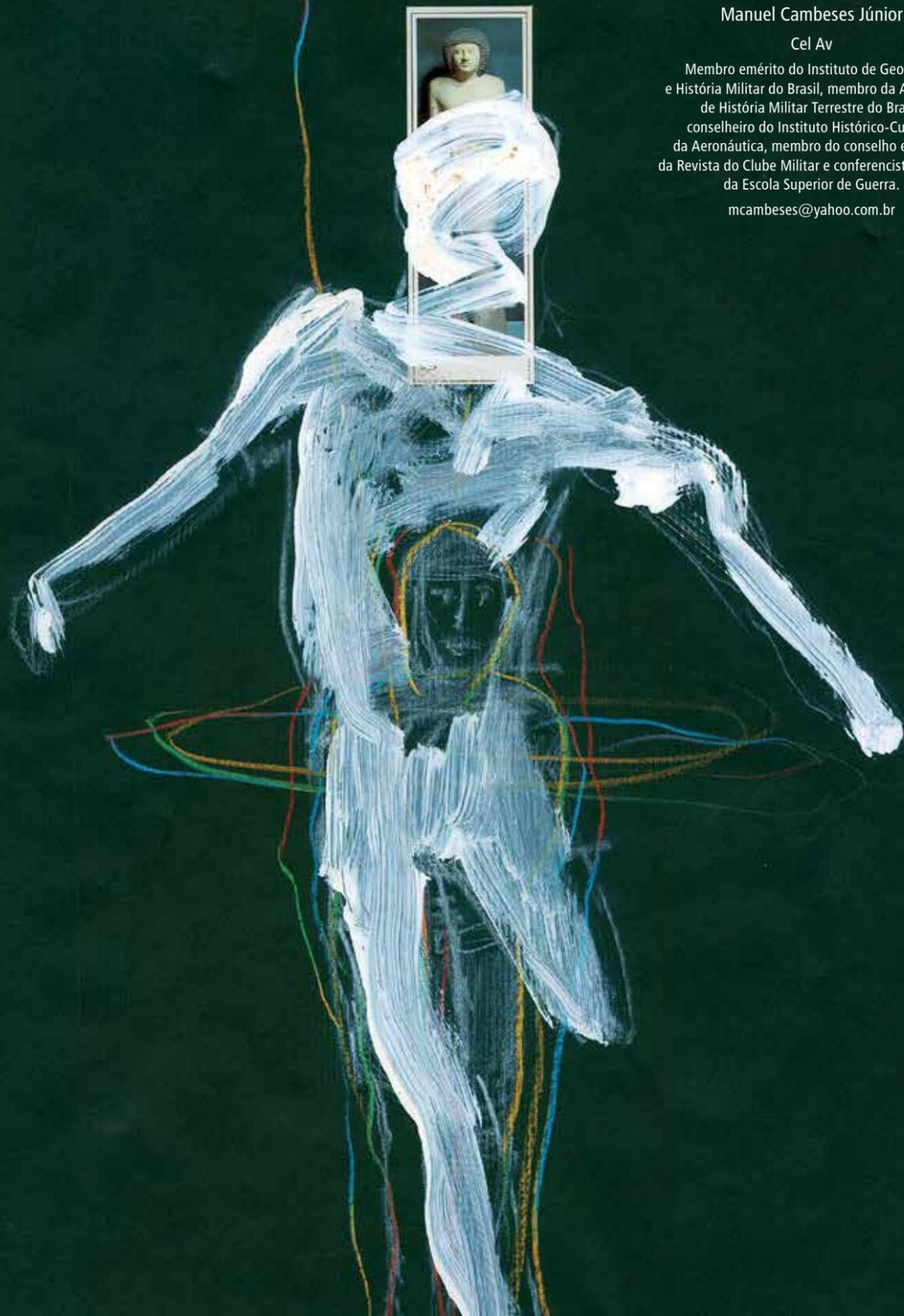


A DOUTRINA DA AÇÃO PREVENTIVA

Manuel Cambeses Júnior

Cel Av

Membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, membro do conselho editorial da Revista do Clube Militar e conferencista especial da Escola Superior de Guerra.
mcambeses@yahoo.com.br



Quando os criadores da primeira bomba atômica tomaram conhecimento dos terríveis efeitos devastadores do novo invento, assinalaram que o “relógio do dia do juízo final” havia começado a mover-se, inexoravelmente, para a meia-noite da Humanidade. Poucos anos depois, quando a União Soviética detonou o seu primeiro petardo atômico, esta afirmação veio a ser cabalmente corroborada.

A partir daí, o mundo passaria a assistir, estupefato, a duas superpotências nucleares enfrentarem-se em um conflito existencial dispendioso de uma imensa capacidade para destruírem-se reciprocamente e, por via de consequência, na esteira da destruição, o mundo inteiro.

Curiosamente, o equilíbrio instável promovido pelo terror nuclear, daí resultante, conduziu a um dos períodos de maior estabilidade da história contemporânea. Ou seja, a paz nuclear conseguiu igualar a longevidade dos grandes modelos de estabilidade do Século XIX: os sistemas internacionais de Metternich e Bismarck.

Obviamente, sob a dinâmica da confrontação bipolar, o mundo não conseguiu superar as guerras. Muito pelo contrário, em decorrência dessa rivalidade dual, a humanidade assistiu a ocorrência de várias contendas regionais, milhões de mortes e ao maior processo de criação de arsenais de destruição em massa da História. Entretanto, por mais paradoxal que possa parecer, a existência do equilíbrio do terror acarretou, como corolário, que fosse evitada uma confrontação direta entre os Estados Unidos e a União Soviética e, conseqüentemente, o desencadear de uma nova guerra mundial. O êxito do sistema bipolar teve uma explicação: o medo da destruição recíproca, por parte das monopólicas superpotências, ou seja, a lógica da dissuasão.

O colapso da União Soviética fez a humanidade de certa forma respirar aliviada. Entretanto, a partir daí, começaram a surgir novos e intrincados problemas. A vulnerabilidade do portentoso arsenal de

destruição em massa russo colocou em movimento, novamente, o “relógio do dia do juízo final”.

Desde 1992, uma grande quantidade de material de fissão nuclear tem sido desviada da antiga União Soviética. Estima-se que este montante sobrepuja a produção dos três primeiros anos do Projeto Manhattan. Faz-se mister ressaltar que, além da subtração de material nuclear, a disseminação indiscriminada de *know-how* tecnológico tem contribuído para açular não somente o medo ao terrorismo nuclear, mas, também, ao químico e bacteriológico, em todos os rincões do planeta.

Segundo William Anthony Kirsopp Lake, ex-assessor de segurança nacional do governo norte-americano, desde o ano de 1998, 27 nações possuem armamento nuclear, biológico e químico. Como fazer para funcionar a lógica da dissuasão em meio a este tenebroso cenário fragmentado? Como dissuadir o terrorismo fundamentalista que poderá, a qualquer momento, recorrer a armas de destruição em massa em resposta a atos de retaliação perpetrados pelas superpotências mundiais?

Para enfrentar essa nova realidade, os Estados Unidos declararam inoperante a velha doutrina da dissuasão – nascida no governo do presidente Harry Truman – e passaram a adotar a tese da ação preventiva. Desta forma, fundamentalmente, quem se converter em uma ameaça potencial ou eminente para os estadunidenses deve ser imediatamente neutralizado.

O problema mais evidente desta nova doutrina é a grande lista de países aos quais deveriam ser, a priori, neutralizados. Depois do Iraque, viriam o Irã e a Coreia do Norte, pois foram catalogados como países pertencentes ao malsinado “eixo do mal” e que, também, estão a caminho de dotarem-se de portentoso armamento nuclear. Igualmente caberia supor que, caso se produzam mudanças no regime do Paquistão – e que não estejam em consonância com os interesses ocidentais – poderia ser perpetrada uma intervenção preventiva. E mais, como definir os limites

dessa ação? Por acaso a China seria incluída na “relação dos malditos” no caso de se suspeitar de uma invasão desta a Taiwan? É necessário que a ameaça seja real e imediata, ou basta que seja simplesmente hipotética? Ou, uma vez aberto um precedente, como evitar que outros membros da comunidade internacional também o invoquem, alegando igual direito? Como negar à Índia a prerrogativa de um ataque-surpresa ao Paquistão em aplicação ao mesmo princípio?

Toda política externa busca projetar graus razoáveis de certeza dentro das incertezas naturais que entranham uma ordem internacional complexa e em permanente estado de fluidez. Entretanto, quando a busca da segurança absoluta parece transformar-se no objetivo da megapotência dominante, existem razões válidas para preocupações.

Sabidamente enfatizava o ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, em célebre frase: “a busca da segurança absoluta por parte de um Estado, acarreta a insegurança absoluta por parte dos demais”. Este axioma de política externa assume caráter superlativo quando gira em torno de uma potência hegemônica. O garrote discricionário da ação preventiva não somente propicia paranoias e desconfianças, mas, certamente, introduz importantes elementos de desordem e anarquia dentro do sistema internacional.

Diante desta constatação, podemos inferir que a dissuasão e sua irmã gêmea, a doutrina de contenção, não parecem estar sepultadas para sempre, como quiseram nos fazer crer alguns analistas políticos e polemólogos-estrategos estadunidenses. Definitivamente, a tese da ação preventiva poderá, em princípio, limitar-se a ser a desculpa conceitual para acabar, de forma peremptória, com uma tarefa inconclusa e iniciada no início dos anos 90 do século passado, durante a gestão presidencial de George Bush (pai) e que encontrou eco e aceitação nas administrações seguintes dos EUA ■



SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA

Ives Gandra da Silva Martins

Advogado, professor emérito da Universidade Mackenzie,
da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
e da Escola Superior de Guerra
igm@gandramartins.adv.br

Na década de 1990, Alvin Toffler escreveu “Guerra e Antiguerra”, no qual defendia a tese de que as guerras futuras serão ganhas não por generais em campo de batalha, mas pelos serviços de inteligência. Em eventual conflito, quem dispuser de mais informações, prevalecerá.

Os serviços de inteligência, por muitos denominados de espionagem, buscam ter as informações necessárias para que os governos possam decidir as políticas a serem adotadas perante eventuais adversários, criminosos ou inimigos externos. Até mesmo perante nações amigas.

Tem o governo federal seus serviços de inteligência nas Forças Armadas, na Receita Federal, na Polícia Federal e na Abin (Agência Brasileira de Inteligência), que oferecem dados relevantes para determinar as suas ações.

É bem verdade que o direito à privacidade é uma cláusula pétrea no Brasil (artigo 5º, incisos X, XI e XII), mas até mesmo essa cláusula pétrea pode ser oficialmente quebrada mediante autorização judicial. Infelizmente, não poucas vezes, é quebrada pelas mais variadas ações públicas e privadas (hackers). E quando descobertas pela imprensa tornam-se escândalo público.

De rigor, com a evolução da informática, o direito à privacidade tornou-se, melancolicamente, um segredo de polichinelo, tendo, por exemplo, a Receita Federal mais informações sobre a vida econômica de cada contribuinte do que o próprio contribuinte. E legalmente.

No plano internacional, podem as nações defender-se por meio de serviços de inteligência contra potenciais inimigos, aliados ocasionais ou movimentos subversivos internos ou externos com o aprimoramento de seus serviços de inteligência.

Depois do dia 11 de setembro de 2001 – quando os serviços de inteligência americanos detectaram a possibilidade de ataque, mas as autoridades não avaliaram com o

devido cuidado as informações de que dispunham –, toda a estratégia dos Estados Unidos, que, a partir da guerra da Coreia em 1952, tinha sido consideravelmente valorizada e alicerçada nesses serviços secretos, foi definitivamente erigida como elemento-chave na defesa da nação.

Por variados motivos que não cabe aqui analisar, tornou-se a nação preferencial de ataques no próprio território ou no exterior.

É, pois, natural que cada país, nos limites de sua tecnologia, busque ter informações sobre seus vizinhos ou potências adversárias.

Os serviços de inteligência, portanto, estão na essência da segurança do Estado e sabe-o não só a presidente da República, como todos os órgãos responsáveis por garanti-la.

O encarregado da embaixada brasileira na Bolívia arriscou-se a tirar de lá o senador exilado havia um ano e meio, porque detectou os riscos concretos de sua permanência.

No Velho Testamento (livro de Josué), os hebreus derrotaram Jericó depois de enviarem dois espíões até a cidade e, tendo obtido informações de uma prostituta, trouxeram-nas para que Josué pudesse invadir a cidade, preservando, inclusive, a vida da informante.

É de se lembrar de que o combate à criminalidade, no Brasil e no mundo, faz-se a partir de serviços de inteligência. Parece-me, pois, inviável a proposta da presidente Dilma de um Código de Ética da Espionagem, a ser levada ao G-20, porque, até o fim dos tempos, os serviços de inteligência (espionagem) continuarão a representar o sistema de segurança de qualquer país.

Por essa razão, nenhum espião pede autorização do espionado para espionar e todas as nações sempre negam que espionam, a não ser quando descobertas. É tão utópico acabar com a espionagem quanto acabar com a corrupção no poder ■

ESTADO E GESTÃO PÚBLICA: DESCAMINHOS E DESVIOS

No entender de Bobbio, os partidos políticos devem ser entendidos como o principal instrumento por meio do qual grupos sociais exprimem as próprias reivindicações e necessidades, bem como devem participar da formação das decisões políticas.

Janda, em seu artigo *Political Science: the state of the discipline II*, informa que os partidos são tidos como grupos que objetivam a conquista do poder ou grupos que competem entre si, por via eleitoral, para o alcance e a manutenção do poder.

No dizer de Kelsen, a democracia indireta é aquela que a função legislativa é exercida por um parlamento eleito pelo povo, e as funções administrativa e judiciária, por funcionários igualmente escolhidos por um eleitorado. Assim, um governo é 'representativo' porque e na medida em que os seus funcionários, durante a ocupação do poder, refletem a vontade do eleitorado e são responsáveis para com este.

Observando o povo, os cartazes e as marchas pelas ruas do Brasil em junho de 2013, percebe-se que as palavras proferidas pelos autores citados pouco se relacionam com a realidade brasileira. A maioria dos partidos políticos ficou anacrônica e sofre de artrose severa em sua estrutura e funcionamento. Volta-se para interesses próprios e outros corporativos entre eles. Atuam com finalidade neles próprios.

Quando o povo grita aos quatro cantos que políticos não o representam, caso das manifestações do Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza e outras cidades, é porque

perderam a legitimidade na realidade fática do plano social. O Estado existe para atender aos desejos, às necessidades e aos interesses coletivos da sociedade. Os governos fazem acontecer essas demandas por meio da Administração Pública, que opera a execução das políticas públicas delineadas pelo Executivo e Legislativo. Agora, parece que o povo está declarando a sua falta de confiança nas autoridades oficiais.

O desencanto com a postura política e gerencial de governantes, políticos e gestores públicos, aliada a descrença que muitos que se locupletam dos cargos que exercem e estão nele para isso mesmo, destrói qualquer possibilidade de apostar em algum futuro promissor para as pessoas da classe média e para os pobres.

O descrédito frente à impotência do Estado no combate às drogas e a constante e sofrida luta para reduzir a violência urbana e rural nos estados nacionais evocam a incompetência estatal para solucionar problemas que se avolumam porque as instituições brasileiras estão defasadas em termos quantitativos e qualitativos para atuarem na eliminação e/ou mitigação desses enfiamentos. Dizem faltar recursos, mas o povo percebeu que para os estádios sobram desvios e outras atrocidades. Na verdade, há recursos com prioridades invertidas. Quem está fazendo a pauta das necessidades e aspirações do povo brasileiro?

A Primavera Árabe eclodiu e já fez cair dois presidentes no Egito. O movimento *Occupy Wall Street*, iniciado em setembro

de 2011, em Manhattan, protesta contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas – sobretudo do setor financeiro – no governo dos Estados Unidos. Atualmente, o movimento continua denunciando a impunidade dos responsáveis e beneficiários da crise financeira mundial. O grupo hacker *Anonymous*, responsável por ataques em sites de governos e também ao *Facebook*, afirmou que fez isso porque a rede social tem auxiliado governos, vendendo informações de usuários e garantindo acesso clandestino para firmas de segurança que espionam pessoas de todo o mundo.

Isso é um *nano flash* do mundo real versus o virtual. Os enfrentamentos transformaram-se. Há um novo vetor de comunicação, mobilização, transparência, coordenação e ação funcionando em bases multirradiadas e sinérgicas. Aliado a isso, as lideranças são difusas e sem autoridade representativa concreta no mundo real.

Portanto, é ora de atualizar-se e entender o que representa uma democracia pós-moderna. Partidos políticos sempre atuarão na democracia. É por intermédio deles (ou deveria ser) que as políticas públicas tornam-se realidade, assim como eles contribuem para manter e aprimorar a doutrina do exercício da cidadania. Não há vazio de poder, o poder será sempre ocupado, se os partidos não estão fazendo a sua parte a insatisfação conduzirá a massa para outro tipo de liderança e esperança: a que eles escolherem e adotarem, mesmo

PÚBLICA: ÉTICOS

que em um segundo momento, como a história sempre registrou, uma liderança menos flexível se instale e governe fortemente, até sem a força desse próprio povo.

Preservar as instituições em tempos atuais é um exercício pleno de sacerdócio público. Governantes não podem continuar apresentando ações pouco sustentáveis e paliativas endereçadas aos problemas socioeconômicos nacionais.

Relevante entender a voz das ruas. A massa humana deve ser compreendida na sua totalidade, preservando direitos, respeitando a diversidade e caminhando para o plural entendimento das questões das minorias. É só adiante, só progresso.

Caso as instituições legislativas e aquelas outras inerentes às entidades do Executivo não consigam se expressar pelos resultados direcionados ao povo, por tudo aquilo expresso em suas cartas magnas municipais, estaduais e federal, os cidadãos buscarão utilidade fora das instituições e dos partidos políticos.

O objeto que move as manifestações hoje é o conjunto de insatisfações com os serviços públicos oferecidos, desconfiança generalizada nas autoridades e o conhecimento da paralisia e da obsolescência das gestões públicas nacionais. Isso tudo pode não ser tão verdadeiro assim, mas é um caminho para debelar a fúria resultante das insatisfações e atender aos apelos da mobilização por um Brasil mais justo, mais igual e menos corrupto. Democracia demanda ética e eficácia da gestão da coisa pública. Já passou da hora... Mas, ainda há tempo ■





Vanderlino Horizonte Ramage

Maj Aer e Administrador

ramage301@hotmail.com

A NOVA ORDEM MUNDIAL

Esta é a visão de um modesto "servidor da república". Sob o ponto de vista político e sociológico, vivemos um momento de transe no Brasil e no planeta. Os sociólogos gostam de dizer que nesta era "pós-moderna" o planeta ficou pequeno.

Se por um lado os idealistas, as pessoas de bem, se estressam, deprimem-se, enfim, sofrem pela falta de perspectiva, há a satisfação de sermos contemporâneos, portanto, testemunhas oculares da história neste momento tão decisivo da aventura humana neste planeta. E o que é mais fantástico: temos consciência dos problemas e, porque não dizer, das consequências que advirão. Se tivermos que "beber cicuta", como Sócrates, o faremos devidamente informados (que consolo!).

A crise não é só brasileira, é mundial. Percebam que hoje não podemos listar nenhum grande líder em operação no mundo. Vejam a recente campanha presidencial nos EUA, como disse um observador, mais parecia um circo. Mutatis mutandis, é como novela da Globo, todo mundo "comendo" todo mundo.

Com a falência da ONU (Organização das Nações Unidas), a "NOVA ORDEM MUNDIAL" tem na OTAN (*Organização do Tratado do Atlântico Norte*) o seu braço armado, e o braço político e ideológico deriva do Sistema Financeiro Internacional.

"O PROCESSO CIVILIZATÓRIO NÃO ELIMINA A BARBÁRIE, PELO CONTRÁRIO, APERFEIÇO-A-O".

Nesse novo cenário, a vontade é imposta por aqueles países que detêm as armas de "destruição em massa", como os

cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da (finada) ONU, mais Israel. Qualquer outro país que queira entrar nesse clube, desenvolvendo um programa nuclear independente, é severamente castigado e taxado de delinquente.

Mas, voltando à paróquia, Brasil, penso que aqui é que se travará "a última batalha". Nosso país se tornou a reserva estratégica do modelo de "governança" mundial ora em implantação.

Não é por acaso que o termo "governança" (do inglês *governance*) foi um neologismo criado pelo Banco Mundial (linha de frente do novo Sistema), há pouco mais de duas décadas, para traduzir esse "admirável mundo novo" ora em gestação.

Não há novas fronteiras a serem exploradas. As que restam são algumas regiões da Ásia (Rússia, Ucrânia), Austrália e na América do Sul, particularmente o Brasil, um continente tropical, onde se pode colher folgadoamente duas colheitas por ano. Aqui tem minérios, petróleo, água e alimentos em abundância, elementos estratégicos num planeta quase saturado e carente. Convenientemente administrado o Brasil poderia alimentar o planeta.

O Brasil é "a bola da vez". E o inusitado consiste em que no meio do caos administrativo, leniência das autoridades, judiciário lento, Instituições frágeis, passividade da população, uma mídia deletéria, um país visceralmente corrupto, criminalidade e impunidade sem limites etc., mesmo assim o país anda. Este é o "milagre" brasileiro.

Mas, não dá para ser inocente. Este processo não é aleatório, é comandado pela "mão invisível" da "NOVA ORDEM", (não é assombração). Vivemos um proces-

so experimental. No Brasil, a "escolhambação" controlada faz parte do processo. É uma variante da "teoria do caos".

Desde que não tomemos medidas ousadas para romper o círculo da dependência, como um programa espacial autônomo, um programa nuclear factível e inovador, portanto de menor custo, a "A NOVA ORDEM MUNDIAL" nos tolera.

Compete ao Brasil, nesse cenário, (no jargão economês), ser um exportador de "commodities".

É impossível admitir que algumas coisas que acontecem no Brasil sejam somente incompetência.

Vejam um caso pontual, a duplicação da BR101, trecho Porto Alegre/ Florianópolis. Obra viária fundamental para o escoamento da produção e do tráfego no sul do País e no Cone Sul do Continente. Demorou três vezes mais do que o tempo previsto para a conclusão da obra. Agora, com mais de 90% concluída, "descobriram" que o principal trecho de estrangulamento, em Laguna-SC, necessita de uma ponte, que pelo padrão PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) levará mais alguns anos para ser concluída. Isso sem contar com os atrasos por conta da liberação do RIMA, ou os ambientalistas descobrirem uma minhoca rara naquela região ou vestígios de quilombolas. Os quase 500 km duplicados deixaram de cumprir, em grande parte, o principal objetivo daquela obra viária. E o que é mais delirante: não tem culpados!

Num país continental, e com as características do Brasil, seria elementar pensar que o transporte deveria priorizar as ferrovias e hidrovias. Por isso nos anos

30 do século passado, o Brasil desenvolveu um audacioso (para os padrões da época) projeto ferroviário. Pois bem, nas últimas décadas, os duendes da estratégia nacional sucatearam as ferrovias e nunca pensaram nas hidrovias. Agora “descobriram” e alardeiam que as ferrovias são a solução. O que pretendemos afirmar é que a “teoria do caos” está bem presente no Brasil, pois, em vez de aperfeiçoarmos o que já existe, desconstrói-se o existente e lá na frente “descobre-se” que temos que fazer novamente, porque aquela é a novidade do momento.

Assim opera a saúde, a segurança, a educação etc. Sempre surge um modismo, e haja dinheiro público, que neste modelo sempre será escasso. Lembro um caso emblemático. Há muitos anos ouvi a entrevista de um juiz declarando que a Justiça no Brasil funcionava mal porque os juízes eram mal remunerados. Hoje, os juízes são bem remunerados, entretanto a Justiça continua operando mal.

A Justiça no Brasil é como uma lâmpada com o filamento queimado: você tem a lâmpada, só que ela não acende.

A própria democracia brasileira é uma farsa. Eleggem-se analfabetos, figuras folclóricas, facínoras, ladrões, desocupados etc. para todas as Casas Legislativas da República. E, de uma maneira geral, estas funcionam como “Capitanias Hereditárias”, cujos cargos passam de pai para filho, ou morrem no posto. Como disse Jânio Quadros, no Brasil nem Guarda de Quarteirão renuncia.

Com raras exceções, as Instituições brasileiras operam de maneira eminentemente corporativa, voltadas para dentro das próprias Instituições, divorciadas da sua razão de existir, ou seja, a sociedade a qual deveriam servir.

Enquanto isso, ninguém traz a lume a bomba que está com seu estopim aceso, a Dívida Interna, gigantesca, impagável, e que consome quase toda a capacidade de investimento do Estado Brasileiro. Concomitantemente, o Congresso Nacional discute durante dias, meses, a vida sexual

do seu futuro Presidente, e acaba elegendo os mesmos candidatos que foram expulsos como ladrões e agora voltam como salvadores travestidos de paradigmas de “campões da moralidade” e sustentáculos dos governos mais corruptos da história deste país.

Se isso é democracia, que Deus tenha piedade de nós!

“Step by step”, constrói-se aqui, desconstrói-se lá e o processo vai avançando. Pode parecer observação de um visionário, mas as atitudes diversionistas, tais como: o caso do Cel Ustra, a Comissão da Verdade, cotas, quilombolas, política indigenista, ambientalismo suicida, violência, impunidade, Movimento Gay, desarmamento, proliferação de ONGs (Organizações Não Governamentais), Direitos Humanos, leis condescendentes com os criminosos, a valorização da arte degenerada, na música, nas artes plásticas, na mídia, degeneração nos costumes, da família etc. são passados à população como sendo tendências irreversíveis. Entretanto, tudo faz parte do “pacote”.

Apenas para ilustrar, mas quando uma Empresa Estatal, como a Petrobras, monopolista, explorando talvez o único ramo, o do petróleo, que não tem condições de dar prejuízos, entretanto, declara prejuízo, tenhamos a certeza de que a situação está muito pior do que poderíamos imaginar.

Perdem-se preciosos momentos remexendo o passado, sem nem uma consequência real para tirar o país do seu atraso endêmico. Daí a “COMISSÃO DA VERDADE”, os “DIREITOS HUMANOS” etc. Chego a pensar que essas pessoas não pertencem a este planeta, tal a distância que se posicionam do mundo real. Pela lógica dessas pessoas seria coerente Portugal reivindicar a posse do Brasil, pois no passado foi um príncipe português, que, traíndo seu país, declarou o Brasil independente da Metrópole.

Qual o principal resultado de tudo isto? A divisão e o esgarçamento da sociedade brasileira. As consequências serão devastadoras para a unidade nacional.

Mas, para a “Nova Ordem Mundial” faz parte do processo.

Num país carente de energia, mas pautado por um ambientalismo fundamentalista, (manipulado de fora do país) levam-se anos para conseguir uma licença ambiental para construir uma usina. Dizem que “Belo Monte” levou 20 anos, é de pasmar! Daí os “apagões” que cada vez serão mais frequentes.

O tema é recorrente, mas, quando o Brasil abdicou do seu programa nuclear, assinando o “Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares”, formalmente renunciou ao domínio da tecnologia nuclear em todas as suas etapas. Na prática abdicou do domínio de todo o ciclo do átomo, incluindo aí a tecnologia do semicondutor, do silício e do germânio que possibilitou a revolução da cibernética no planeta.

O Brasil renunciou sua condição histórica de ser potência mundial.

Para não adotar um pensamento determinista, às vezes, sou levado a crer que algum programa “ultrassecreto” estaria em andamento no país. Quero acreditar que a letargia, a insensibilidade com que se comportam àqueles que deveriam estar pensando num projeto para o Brasil, é apenas aparente.

Quando me reporto a este tema, não pretendo em hipótese nenhuma transmitir uma visão pessimista, pelo contrário, quero dizer que as pessoas lúcidas (e há muitas) têm que permanecer atuantes, cada qual dentro de seu universo de ação, desempenhar o seu papel, fazendo o que lhe compete dentro do seu espaço de manobras (por menor que seja), agir proativamente, insurgir-se contra os fatos que estão acontecendo, os quais nos são impingidos como verdades prontas, como “destino manifesto” do ser humano nesta etapa da história!

Há 2.500 anos perguntaram a Platão: o que é ser um homem justo?

Ser justo é fazer aquilo que me compete!

“As grandes verdades são simples e de fácil compreensão, se não for assim não são grandes verdades!” ■

DIA DO AVIADOR

Juliana Montenegro Erthal

juerthal@hotmail.com

Olhar atento dos adultos e crianças, todos querem ver a máquina decolar. Pois, por um instante, parecemos não acreditar. Como cabe tanta gente e consegue levantar?

Uma hipnose de assustar.

O avião é brinquedo, é história, é sonho, é profissão.

O homem é superação.

Venceu os limites da gravidade, Santos-Dumont, o Pai da Aviação.

A tecnologia permitiu aperfeiçoar, mas a mão é de quem sabe pilotar.

Muitas vezes não vemos seus rostos, mas podemos imaginar.

Vozes firmes ao falar.

Mãos suaves ao comandar.

E no olhar, a atenção não pode faltar. Cada decolagem, a cada aterrissagem...

Voar nos permite, por horas, ver uma paisagem diferente.

E mesmo que no inconsciente, uma sensação livre, despertar.

Apreciar um sol e pelas nuvens passar.

Ou uma lua de pertinho, clareando o céu estrelado, parece que estamos sendo filmados.

Ou um mar mais definido, suas curvas e praias com casas pequeninas do seu lado.

Voar é para poucos abençoados.

Da janela, voam os pensamentos.

Se a curva é pra direita, é pra lá que vão nossos sonhos, promessas, medos, saudades e sentimentos.

Do frio na barriga ao decolar,

Do coração que acalma por chegar.

Todos os dias..

Todas as vezes.

Decolar, pousar e voltar.

A todos, que vivem mais lá que cá,

Aos que deixam, aqui embaixo, esposas, maridos, filhos, amigos, aniversários e saudades...

Aos que sobem, com a paixão, honra e compromisso, e com o desejo de voltar, eu dou meus parabéns e minha admiração. Que Deus os proteja nessa profissão!

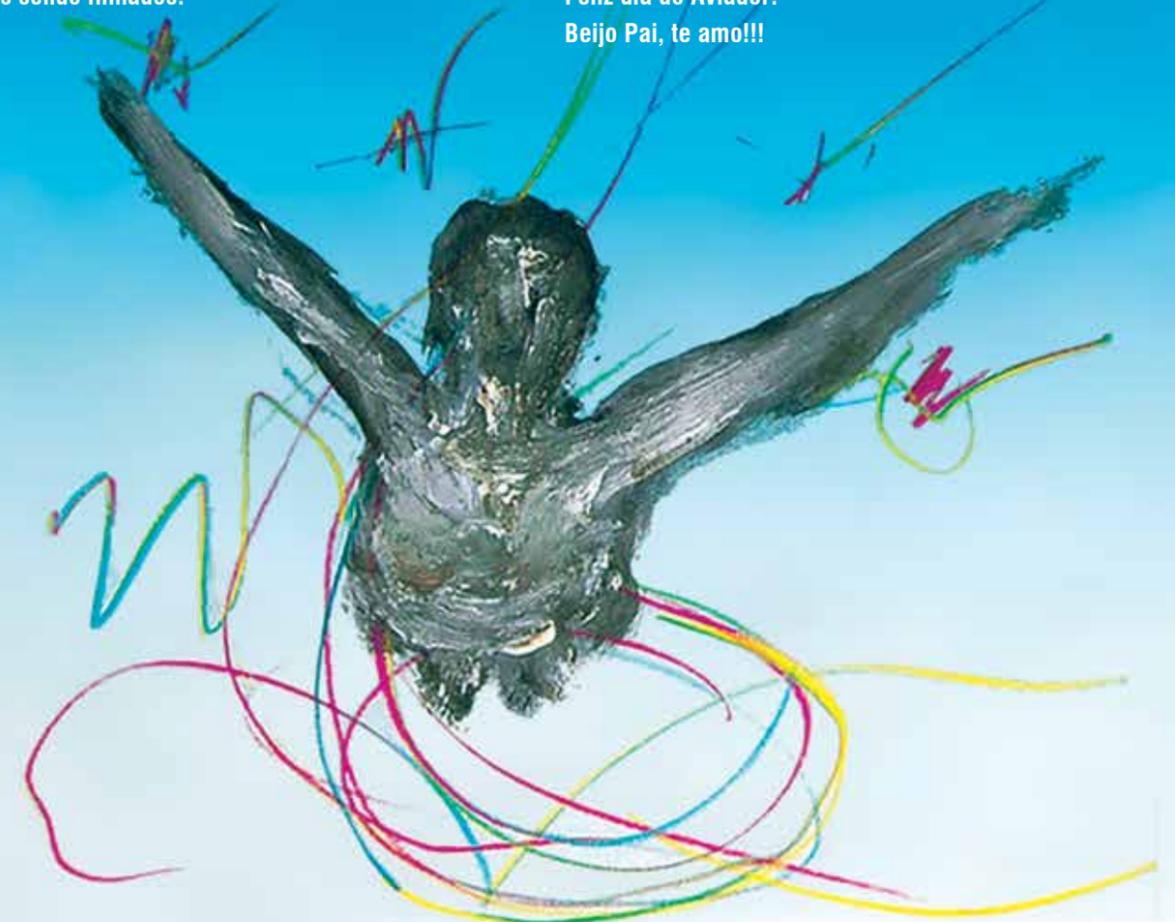
A você meu pai, que sempre com orgulho, dedicou anos da sua vida a essa missão. Um exemplo de dedicação e paixão!

Eu tiro meu chapéu.

Aliás, meu quepe.

Feliz dia do Aviador!

Beijo Pai, te amo!!!



A Permanência do Pensamento de EUCLIDES DA CUNHA

Manoel Soriano Neto
Cel Inf e Historiador Militar
msorianoneto@hotmail.com

Faz 100 anos. Já passados 100 anos da morte de Euclides da Cunha, ocorrida em 15 de agosto de 1909, o infausto episódio ainda ecoa nos dias atuais. O escritor Monteiro Lobato em um de seus escritos, de título “Uma Tragédia de Ésquilo”, afirmou: “Tivemos aqui entre nós, em 1909, um perfeito caso de “tragédia grega”, isto é, de tragédia caracterizada pela presença invisível da deusa Fatalidade. Os protagonistas – Dilermando, Euclides pai e filho e uma mulher – agiram todos como pedras de xadrez em movimento cego no tabuleiro. Euclides era o Rei, Dilermando o pequeno Peão. No tumulto do drama tecido pela fatalidade, o Rei enlouqueceu e forçou o Peão a matá-lo. E a vida desse Peão passou a ser um inenarrável martírio”.

No entrechoque das razões ainda muito se discute sobre aquela “Tragédia de Ésquilo”. “Maktub” – “estava escrito”, dizem os fatalistas, pelas teias e linhas difusas do que conhecemos pelo nome de Destino...

Senhoras e Senhores:

Acreditamos que os Homens é que fazem a História, como prelecionava Thomas Carlyle.

Destarte, mister se faz para bem entendermos a perenidade do pensamento de Euclides da Cunha, que apresentemos, em largas pinceladas, a moldura histórica da época em que ele viveu.

Euclides ingressou na Escola Militar do Brasil, em 1886, permanecendo no Exército por nove anos, menos em 1889, pois no ano anterior fora expulso da dita Escola, sediada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. O Ministro da Guerra, Benjamin Constant, o reintegra à Força Terrestre, matriculando-o, em 1890, na Escola Superior de Guerra, um estabelecimento de formação de Oficiais.

Nesta Escola, ele se formou oficial engenheiro e bacharelou-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais.

Traçaremos, a seguir, um epitome da conjuntura nacional que ele vivenciou, com os reflexos desse período, prenhe de historicidade, quando se deu a proclamação da República. Disse o acadêmico José Murilo de Carvalho: “Apesar das estreitas relações com militares, nem Euclides gostava do Exército nem o Exército gostava dele. Aos militares não agradaram em nada as duras críticas feitas à Corporação, em “Os Sertões”.

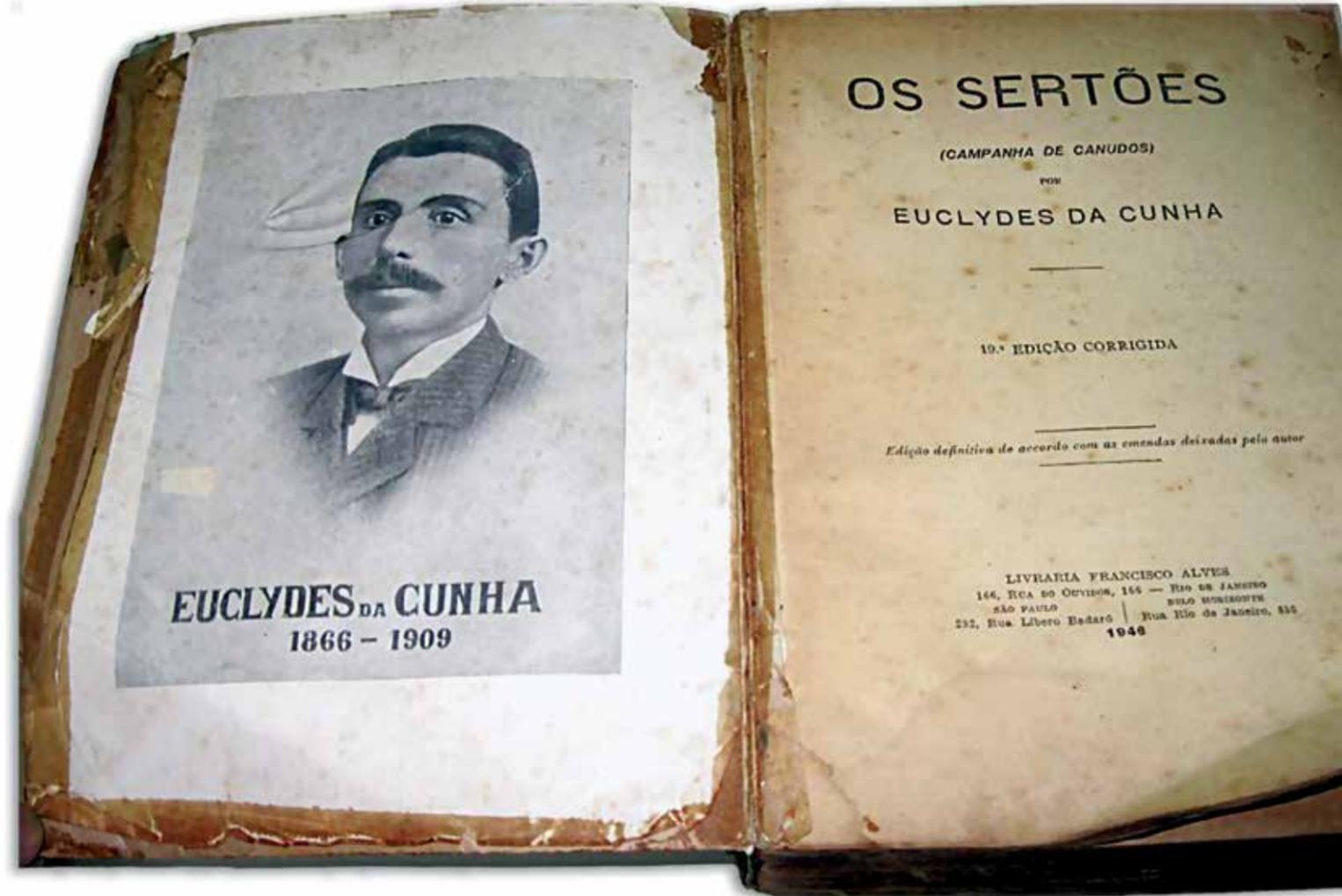
A Escola Militar onde Euclides inicia a sua curta vida castrense formava Oficiais, mas de forma totalmente inadequada para as finalidades de uma Instituição que se queria adestrada para a defesa da Pátria e, o mais importante, com base nos primados da disciplina, da hierarquia e da autoridade. O regime da Escola era o de externato, aberração que inviabilizava o robustecimento de um lídimo espírito de corpo, da sã camaradagem, da união e, mais do que isso, da imprescindível coesão militar. Inquinada de ideias humanistas e pacifistas, com espeque na ideologia positivista de Augusto Comte, Pierre Laffite e Emile Littré, a Escola relegava a plano secundário, a instrução militar básica e fundamental. Isso “apaisanou o Exército”, segundo o saudoso General Severino Sombra, sendo que, àquela época, o Exército Brasileiro encontrava-se dividido, ideologizado e assaz desprestigiado pelos últimos Gabinetes do Império e preterido pela Guarda Nacional. O Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o “Dr. Benjamin”, como gostava de ser anunciado, era o Mestre mais carismático e querido pelos alunos (fora abolido o título de Cadete). Várias Turmas de Oficiais passaram pelas mãos desse patriota, brilhante e notável Lente que muito pugnou pela queda da Monarquia, sendo oficialmente

consagrado como “O Benemérito Fundador da República”.

O positivismo surgiu na França e teve fundamental influência na evolução histórica de países como o México, o Chile e o Brasil, principalmente, bastando ver-se o lema positivista de nossa Bandeira.

Tal ideologia ancorava-se em princípios agnósticos da ciência pura, segundo o que foi chamado de “Religião da Humanidade”, com a sua “Deusa Razão”. Em estreita síntese, diríamos que o positivismo era cientificista – só era verdadeiro o que pudesse ser comprovado cientificamente, segundo ensinava Descartes; era pacifista, humanista, cosmopolita, anticlerical, propugnador da “ditadura republicana”, sendo um de seus epígonos, o ditador do Paraguai, Dr. Francia, e adepto da extinção dos Exércitos permanentes que deveriam ser substituídos pelas gendarmarias, formadas por “cidadãos-soldados”. Nossos jovens Oficiais faziam questão de ser chamados de “doutores” ao invés de Alferes, Tenentes ou Capitães, como se pejassem de seus postos na hierarquia militar. A politização do Exército, primeiro, a mentalidade dos oficiais positivistas, em segundo lugar, e a Revolução Federalista de 1893 e concomitante Revolta da Armada, por final, foram as causas alistadas por Tasso Fragoso para justificar o que chamou de “a estagnação das Forças Armadas”, nos albores da República, tudo muito pernicioso para a atividade-fim das Instituições Militares, o que veio a se refletir nos “quase fiascos de Canudos e Contestado”. E continuava o grande historiador militar, após abjurar o positivismo, ele que fora um de seus mais ardorosos profítentes: “Por seu turno, a Revolta da Armada, com íntimas ligações com a Revolução de 1893, quebrou a coesão da Marinha e a isolou do Exército, pelo que a novel República seria presa fácil de qualquer aventureiro alienígena”.

Para bem evidenciar-se o que se pas-



sava na Escola Militar, vejamos o depoimento do líder federalista, Senador Gaspar da Silveira Martins que, da tribuna do Senado, iterativamente, condenava o “bacharelismo militar”. Disse o valoroso Chefe “maragato”, que bem conhecia a metodologia da Escola, pois um de seus filhos era aluno da mesma: “Em vez, porém, da têmpera forte que convém dar ao Exército, o que se vê em nossas Escolas Militares? A mocidade imbuída das doutrinas de Augusto Comte e Laffite e professando uma “Religião da Humanidade” que visa ao cosmopolitismo. Pode ser que sejam boas tais doutrinas, mas não para o soldado, que antes de tudo é feito para empunhar armas em defesa da Pátria. Alguns diretores dessas Escolas Militares chamam, filosoficamente, os grandes Generais, de “assassinos dos povos”. Singular maneira, aliás, de encarar a questão em uma Escola de Soldados”.

A dicotomia entre oficiais ditos “práticos-tarimbeiros” e “teóricos-bacharéis” acentuou-se, sobremaneira, com a reforma de ensino promovida por Benjamin Constant, quando Ministro da Guerra. Benjamin matriculou Euclides da Cunha, em 1890, na

Escola Superior de Guerra, pois ele fora expulso da Escola Militar do Brasil, em 1888.

A Escola Superior de Guerra destinava-se a formar oficiais artilheiros e engenheiros, cursos de maior duração, e o de Estado-Maior. Tal Escola seguia as diretrizes de Benjamin Constant, voltadas para uma formação eminentemente bacharelesca, o que potencializava o divisionismo entre as duas correntes anteriormente referidas. E isso veio a se exacerbar, agudamente, quando foram publicados trabalhos de alunos positivistas, que condenavam a Guerra do Paraguai e depreciavam, acerbamente, nossos Comandantes, como o Duque de Caxias, teses que foram aprovadas, “cum laude”, pelo Ministro Benjamin. Os alunos afirmavam que a dita guerra fora “um grande rolo”, de três contra um, atentatória aos princípios humanitários e pacifistas empalmados pelos seguidores da “Religião da Humanidade”. A atitude do Ministro desagradou profundamente a Deodoro e Floriano, ambos, assim como Benjamin Constant, participantes daquele conflito. “Rompemos com a Coroa, mas não rompemos com o passado!”, bradou

Deodoro em um acesso de fúria, quando de uma reunião do Ministério, rasgando, com violência, alguns dos ditos trabalhos. Iniciava-se uma grave crise política que redundou, posteriormente, no rompimento definitivo entre o Presidente e Benjamin Constant, que permaneceu na Pasta da Guerra por apenas quatro meses. Àquela época, tudo o que se relacionasse ao Império, como os seus gloriosos feitos marciais, era propositadamente esquecido e/ou depreciado pelos “bacharéis fardados”, não, porém, pelos militares mais idosos, a começar por Deodoro da Fonseca. Os velhos combatentes da Tríplice Aliança eram vaiados pela mocidade militar, como nos relata Tasso Fragoso em “Advertência Preliminar”, no seu livro “A Batalha do Passo do Rosário”. A propósito ainda, diga-se que o Marechal José Pessoa registrou em suas memórias, a estranheza que sentiu, quando iniciava como aluno a sua formação castrense, no ano de 1903, o do centenário de nascimento do Duque de Caxias, quando sequer o Augusto nome de nosso “Soldado Maior” foi lembrado em sua Escola. Aduza-se que somente em 1925, a memória do

impoluto Duque, “O Pacificador”, Patrono do Exército e “Patrono da Anistia” – epíteto que lhe deu o saudoso acadêmico Barbosa Lima Sobrinho, foi resgatada de um injusto anonimato, não condizente com os tantos e tamanhos serviços por ele prestados ao Brasil, na paz e na guerra. Naquele 1925, o Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, instituiu o “Dia do Soldado” a ser comemorado a cada 25 de agosto, data de nascimento do “Duque Invicto”.

A “ditadura republicana”, apregoada pelos prosélitos do positivismo, foi, na prática, implantada pela Constituição de Júlio de Castilhos, no RS, a qual foi resguardada, por vários anos, pelo ultra-positivista Borges de Medeiros.

No período em comento, a grave situação das Forças Armadas, sem um mínimo minimorum de espírito militar, teria de ser modificada. Essa passou a ser a grande motivação, a prioridade militar de número primo, após a morte de Benjamin Constant, em 1891. Diga-se que muitos dos jovens militares se desencantaram com o Mestre Benjamin, quando Ministro, “sempre subserviente e contido pela figura hercúlea de Deodoro da Fonseca”. Tal aconteceu com Euclides da Cunha, que, em carta a seu pai, de 1890, excerta de seu Epistolário, como nos dá conta a escritora Walnice Galvão, em certo trecho da missiva, escreveu: “Imagine o senhor que o Benjamin, o meu antigo ídolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me sem titubear e sem raciocinar, perdeu a auréola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado – justamente desmoralizado”.

O Governo fecha a Escola Militar da Praia Vermelha, onde Euclides se iniciou na vida militar, em face de uma sublevação coletiva, em 1904, contra a vacina obrigatória, ocasião em que os alunos saíram às ruas e praticaram atos vandálicos, como a quebra de inúmeros lampiões.

A reação àquele estado de coisas ocorreu no Exército e na Marinha. Quatro nomes avultam na cruzada em prol do soerguimento do espírito militar e da operacionalidade nas Forças Armadas: o Barão do Rio Branco, nosso Chanceler, que propugnou “à outrance” pelo reaparelhamento

da Marinha e do Exército; Olavo Bilac, que desencadeou memorável apostolado cívico por todo o País, em defesa do Serviço Militar Obrigatório, do qual, aliás, é o Patrono; o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra que encetou a dita “Reforma Hermes”, cujo lema era “Rumo à Tropa” e o Almirante Alexandrino de Alencar que promoveu campanha semelhante na Marinha, cujo mote era “Rumo ao Mar”. E no bojo dessas reformas, uma plêiade de Oficiais foi estagiar na Alemanha; foi criada, em 1919, a Missão Indígena” para a instrução na Escola Militar do Realengo e trazida da França uma Missão Militar que atuou no Exército, de 1920 a 1940.

Assim, saiu vitoriosa a corrente dos “tarimbeiros”, “troupiers” ou “combatentes”. Em pouco tempo, os “bacharéis fardados”, também apodados, pejorativamente, de “filhotes de Benjamin”, “desapareceram”, pois foram sistematicamente preteridos nas promoções e movimentados para longe do Rio de Janeiro, tendo a grande maioria, muitos deles ainda bem jovens, solicitado transferência para a Reserva.

Anos depois, outros jovens Oficiais, já formados sob rígidos regulamentos, na Escola Militar do Realengo, criada em 1913, vão deflagrar um período de bernardas, chamado de “Tenentismo”, na década de 1920, para, diziam, “regenerar a Pátria”: em 1922, em 1924, com a intrusão da Revolução Libertadora, de 1923, no RS, epílogo, digamos assim, da Revolução Federalista ou “Da Degola”, de 1893/95, e, finalmente, a Revolução de 1930. São os enigmas da História...

Finda essa perfunctória recorrência, a fim de melhor compreendermos Euclides, sob um pano de fundo histórico, passaremos a discorrer, de escantilhão, acerca de sua produção “gutenbergiana”, com o visio de aferir a permanência de seu pensamento.

A obra de Euclides, elaborada em 12 anos, é volvida, essencialmente, para o Brasil e seu povo, daí a sua relevância, hoje, quando o patriotismo se estiola, amolecendo cada vez mais, máxime por causa do que é chamado de “colonialismo” ou “satelitismo” cultural.

Euclides nos deixou cartas, poesias, ensaios, artigos, reportagens, relatórios

técnicos e prefaciou “Inferno Verde” de Alberto Rangel. Acendrado patriota, assim se dirigiu aos jovens, em uma de suas conferências: “Seremos em breve uma componente nova entre as forças cansadas da humanidade”.

Escreveu, em 1907, “Contrastes e Confrontos” e “Peru versus Bolívia” (a respeito de um “diferendo” internacional que envolvia interesses brasileiros no Acre). “À Margem da História”, escrito em 1909, é o segundo livro em importância da produção euclidiana, publicado postumamente, com mais de dez edições. Tal magnífica obra traz a lume assuntos amazônicos. Dizia o venerável escritor que “a Amazônia deve ser conquistada, senão mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil”, brado de alerta bem atual, posto que a NOSSA Amazônia é, como consabido, alvo da cobiça internacional, especialmente da parte das nações hegemônicas. Euclides tencionava escrever um livro sobre a Hiléia Amazônica, de título “Paraíso Perdido”. Pretendia estudar a Amazônia como estudou o Nordeste, mas não conseguiu em vista de sua morte prematura; vários artigos que comporiam a publicação foram transcritos, posteriormente, em “À Margem da História”.

Todavia, a exponencial notoriedade literária de Euclides da Cunha se deveu à sua magistral obra “Os Sertões”, que lhe propiciou o ingresso, em 1903, nos dois maiores sodalícios de então: a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. “Os Sertões”, obra-prima de Euclides, contabiliza mais de quarenta edições em português, seis em inglês e nove em outras línguas. O livro é um verdadeiro painel do Brasil e descreve a guerra travada em Canudos, mostrando à nação o abandono dos sertões e de sua gente. Daí podermos lóbrigar, acrescente-se por oportuno, o que foi a grande manobra geopolítica da criação de Brasília no Planalto Central Brasileiro. A respeito de “Os Sertões”, gostaríamos de trazer à colação, as considerações do notável acadêmico Afrânio Coutinho. – Citação. “Livro único, sem igual em outras literaturas, escrito entre 1896 e 1902, nos vagares da vida nômade do engenheiro. A crítica tomada de surpresa ante a grandeza e originalidade da obra, viu nela um traba-

lho de cientista, de geógrafo, de historiador, de etnógrafo, de sociólogo, de filósofo, de artista”. Fim da Citação.

“Os Sertões” é dividido em três partes: “A Terra”, “O Homem” e “A Luta”. Teses esposadas na segunda parte – “O Homem” –, não são hoje aceitas, pois a moderna genética não mais admite o conceito de raça. Porém, a definição do sertanejo, embutida nesta parte, tomou-se antológica: “O sertanejo é antes de tudo um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, no primeiro lance de vista, revela o contrário”. O Professor Jarbas Silva Marques bem nos explica essa faceta do escritor, porquanto ele foi formado, como demonstramos à saciedade ao longo dessa parlenda, à luz do racionalismo, quando as ciências físicas, naturais, biológicas, a matemática e as nascentes teorias evolucionistas de Charles Darwin traçavam as balizas do pensamento dos maiores intelectuais de então, que acreditavam em falsos estereótipos do determinismo genético ou naturalista. Contudo, tal posicionamento em nada empana a grandiosidade da monumental obra.

E trazendo o tema para a área da literatura épica, diríamos que o fantástico livro ombreia-se com as lendárias narrativas da Antiguidade Clássica e com os escritos que

contam as mais famosas epopeias nacionais e internacionais. A História é recheada de relatos épicos, como os dos legendários heróis da Grécia Antiga: Leônidas, Ulisses, Aquiles, Heitor, para não falarmos dos romanos e de Cervantes e Camões, com “Dom Quixote de la Mancha” e “Os Lusíadas”. E bem nossos conhecidos são o poema “O Uruguai”, de Basílio da Gama e o clássico “A Retirada da Laguna”, do Visconde de Taunay. A esses superlativos épicos veio a se juntar “Os Sertões”, em que o herói não é singular, personalizado, mas sim, coletivo – o rude sertanejo nordestino, cheio de heroicidade e estoicismo da Guerra de Canudos.

“Os Sertões” é considerado “A Bíblia da Nacionalidade”, pois bem retrata a “saga brasileira” e a isso se reportou o escritor peruano Mário Vargas Llosa, um século depois da publicação de Euclides, no romance “A Guerra do Fim do Mundo”, evidenciando-se, pois, à larga, a universalidade e a permanência do pensamento euclidiano.

A obra apresenta os contrastes entre o Brasil litorâneo, cidadão, e o Brasil profundo, do interior, atrasado, sem perspectivas. Cabe aos cientistas sociais, a reflexão percuciente a respeito dessa ferrenha contradição, sabendo-se que os centros urbanos incham cada vez mais e sendo

certo que a população brasileira envelhece a passos largos e declinará a partir de 2030, consoante tabulações estatísticas.

No ano do centenário da morte de Euclides da Cunha, na relembração de seu perpétuo legado cultural para a Nação Brasileira, encerremos essas despreziosas achegas alusivas à perenidade de seu pensamento, com o fecho do portentoso “Os Sertões”: “No dia 2 (era outubro de 1897) entregaram-se os velhos, mulheres e crianças que ainda sobreviviam. Ficaram 20 lutadores numa trincheira ao lado da igreja, famintos e sedentos, decididos ao sacrifício. Preferiam morrer lutando do que sentir no pescoço a lâmina fria dos degoladores. Ali já estavam no túmulo, cavado por eles mesmos. No dia 5, tombaram os últimos defensores – eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam cinco mil soldados”.

Por derradeiro, neste ano cognominado pela Academia Brasileira de Letras, de “Ano Euclides da Cunha”, pedimos vênua a fim de parafrasear esse poço de sesquipedal cultura que é o Ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar, quando se referiu a Rui Barbosa. Assim, afirmamos para este colendo e fraternal cenáculo, que certa e recerta é a intemporalidade do pensamento e das lições que nos deixou Euclides da Cunha ■



Em Canudos, mulheres e crianças seguidoras de Antônio Conselheiro, presas durante os últimos dias da guerra

RONDON E AS

A saga de Rondon é pouco conhecida no Brasil. Conhecemos apenas a campanha no sertão, o trato com os índios e os trabalhos telegráficos. Desconhecemos o seu desempenho como Diretor de Engenharia do Ministro Calógeras o exitoso Comandante de Força Terrestre em operações militares e o seu desempenho na primeira missão de paz comendada ao Brasil. O credo positivista ornou sempre o seu caráter imaculado e altivez das suas atitudes.

Com a vitória da revolução de 1930 e a conseqüente interrupção do regime democrático solicitou passagem para a reserva, em caráter irrevogável. Ninguém conseguiu demovê-lo da atitude tomada.

Não cessaram, entretanto, os inúmeros apelos aos seus serviços ao Brasil e a paz...

Ao completar 69 anos, já há quatro na reserva, recebeu do governo da República uma nova e inusitada missão no cenário sul-americano e no contexto da Sociedade das Nações, organismo que antecedeu a criação da Organização das Nações Unidas, nos seus fins e objetivos.

O Brasil se oferecera para harmonizar os problemas decorrentes do dissídio entre o Peru e a Colômbia, com propósitos estabelecidos no Protocolo de 24 de maio de 1934 que tomara sem efeito a Declaração de Guerra entre as duas Repúblicas.

Nomeada uma comissão mista de delegados do Peru, da Colômbia e do Brasil, surgiu a questão da designação do brasileiro que seria o Presidente da mesma.

Uma lista de nomes, elaborada pelo Ministro Mello Franco foi apresentada ao Presidente Getúlio Vargas que após examiná-la com minudência escolheu um dos últimos nomes: o de Rondon. O velho soldado, já com idade avançada para a época, procurou declinar do honroso convite, não se achando em condições de cumprir aquela missão de natureza diplomática.

Getúlio, que sabia como ninguém convencer os homens e contornar situações difíceis, conseguiu imbuir Rondon da importância daquela missão e da confiança no êxito da sua atuação.

– “Queira Vossa Excelência designar dia e hora para a minha partida”.

Encerrou Rondon, secamente como era do seu feitio, a audiência com o Presidente.

A Comissão teria o prazo de quatro anos para solucionar a intrincada questão. E, assim, a 16 de junho de 1934 voava Rondon do Galeão para Manaus onde se instalaria a Comissão a 23 do mesmo mês e a 11 de junho partia para Letícia onde montou seu gabinete no bairro La Vitória.

Iniciando os trabalhos, Rondon percorreu todo o território do Solimões e do Putomaio, na área contestada. A dificuldade inicial



consistia no complexo Protocolo de 24 de Maio. Procurou ver tudo e muito ouvir, antes de iniciar a missão e estabelecer objetivos.

De início, conseguiu permissão para construir uma casa de madeira, pois seria a primeira vez que se faria acompanhar da sua adorada esposa a quem estava reservado um papel extraordinário no êxito do General. Levou também ternos bem talhados de linho branco e os impecáveis uniformes do novo regulamento. Agiria como diplomata, mas antes de tudo como um soldado que sempre fora.

Considerando a sua idade, o local e as circunstâncias, podemos avaliar que foi uma missão de sacrifício que lhe rendeu restrições para o resto da vida.

No seu período de permanência em Letícia foi surpreendido por um telegrama que anunciava estar tomando vulto o seu nome

MISSÕES DE PAZ

Roquette Pinto e Marechal Rondon
com índios e membros da comissão
de implantação do telégrafo



para candidato de conciliação à sucessão presidencial. Não se entusiasmou com o fato. Por diversas vezes recusou cargos eletivos que lhe foram oferecidos com insistência.

A invulgar inteligência de Rondon, aliada a sua modéstia e paciência, muito contribuiu para o êxito final alcançado quando, na manhã chuvosa de 4 de agosto de 1938, ao desembarcar no porto do Rio de Janeiro, foi recebido com extraordinárias homenagens decorrentes do cumprimento integral da missão que lhe fora atribuída.

A grandeza de Rondon não se deixou ofuscar pelas homenagens. Atribuiu o êxito da missão a atuação da sua incomparável esposa e a doutrina que norteava toda a uma vida no sentido da Fraternidade Universal.

Cumprir notar, ainda, que os diversos delegados da Comissão Mista por diversas vezes se ausentaram do posto ou foram substituídos pelos respectivos Governos. Rondon não se afastou um só dia.

O rigor naquilo que considerava o cumprimento do dever custou-lhe a perda da visão. Um glaucoma inutilizou um dos seus olhos e reduziu a um quarto a visão do outro que, gradualmente, foi declinando até a cegueira total.

Isolado no setentrão, além de não contar com instruções normativas, não era assistido por pessoal especializado. Não tinha a quem consultar a não ser o seu proverbial bom senso e esclarecida inteligência.

Por que não o consagramos como PATRONO DAS MISSÕES DE PAZ? ■

História contada pelo General A. J. Corrêa

(História contada ao Cel Paulo Dartanhan Marques de Amorim pelo seu antigo Cmt do Corpo de Cadetes e da 3ª Divisão de Cavalaria: Gen Ex Antonio Jorge Corrêa).

Em sua turma do Colégio Militar do Rio de Janeiro havia um indiozinho, trazido da selva pelo General Rondon, para aculturar-se e experimentar uma vida na civilização. O seu número era 810 e o seu nome Amilton Borobó.

Era um bom companheiro e bom jogador de futebol.

Porém, não se destacava nos estudos e tirou o curso com muitas dificuldades. Mas tendo Rondon como interessado, conseguiu concluir o curso em 1929.

Na sua turma, uma brilhante turma, que deve ao Exército e à Aeronáutica inúmeros oficiais generais, apenas seis foram para a Marinha.

Quando chegou a vez do Amilton escolher o seu destino, se Exército, se Marinha ou meio civil, ele declarou que desejava voltar para sua tribo nos confins do Mato Grosso, onde, em pouco tempo, chegou a cacique.

Passaram-se os anos e um de seus companheiros prediletos, o Roberto Julião de Lemos foi promovido a Brigadeiro-do-Ar. Os dois líderes se encontraram na selva: o Brigadeiro Lemos e o cacique Borobó, velhos companheiros do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

ACERVO DE BOAS IDEIAS

“Se os brasileiros vão à praia e não aos museus, talvez os museus devam ir à praia”. A imagem criada pelo alemão Hans-Martin Hinz seria apenas poética, não fosse a realidade. No século XXI, diz ele, ainda há museus que agem como se estivessem no século XIX e, “ultrapassados, dispõem toda a sua coleção em redomas de vidro”, transformando a experiência de ir ao museu em algo “piores do que qualquer programa de televisão”.

Hinz esteve no Rio para a 23ª conferência do Icom, o Conselho Internacional de Museus, órgão parceiro da Unesco que reúne mais de 30 mil profissionais de 137 países numa rede mundial de pesquisa, promoção e preservação do patrimônio cultural. Pela primeira vez no Brasil, a conferência – criada em 1946 e realizada a cada três anos em países distintos – começou em 10 de agosto de 2013, na Cidade das Artes, com uma reunião do conselho executivo do Icom.

Estima-se que até o dia de seu encerramento, em 17 de agosto de 2013, o evento trouxe à cidade cerca de 2.000 profissionais ligados a museus. A programação foi extensa e se pretendeu plural – houve desde artistas renomados, como a cubana Tania Bruguera, e diretores de instituições longínquas, tais como: Joanna Mytkowska, do Museu de Arte Moderna de Varsóvia, na Polônia, ao ex-secretário de Desenvolvimento Social de Medellín, na Colômbia, Jorge Melguizo, ou o escritor moçambicano Mia Couto. A ideia era que discorressem, cada um à sua maneira, sobre “Museus (memória + criatividade) = mudança social”, tema da conferência.

Com um doutorado em Ciências Naturais no currículo, Hinz foi encarregado pela presidência de seu país de assessorar a criação de novos museus na Alemanha nos anos 1990 e, por mais de dez anos, esteve à frente do Museu Histórico Alemão, em Berlim. Tem os olhos treinados para avaliar projetos museológicos. E sentencia:

– O Brasil não está distante dos padrões internacionais, de forma alguma. O padrão aqui é elevado, sim, mas tudo depende do público-alvo. Há museus em todo lugar e há formas de organização completamente diferentes.

Assim, Hinz desconstrói o pensamento predominante no Brasil de que museus precisam se modernizar tecnicamente para vingar no século XXI. Enquanto o Ibram estima que são necessários R\$ 244 milhões para “requalificar” os museus, ele prega que nem toda instituição precisa, por exemplo, de audioguia ou catálogos bilíngues.

– A questão é criatividade. Não é necessário imprimir tudo, por exemplo, porque é caro. Não precisa ter audioguia. Há países que escolheram ter só aplicativos para telefone porque é mais barato e atrai públicos jovens. O público-alvo não é homogêneo, e não é fácil fazer com que todos os museus tenham o mesmo nível, embora todos tenham fazer seu melhor – afirma. – É claro que os museus nacionais são mais equipados, porque estão esperando público internacional. Mas, esse não é o caso de todos. Há museus pequenos na Alemanha que não têm dinheiro para criar catálogos ou áudio

em outros idiomas. Se um visitante internacional for até lá, talvez fique desapontado. Nos museus nacionais isso é diferente, eles são destinos turísticos.

Na tentativa de falar a língua do século XXI, os museus têm ampliado o uso de tecnologia em suas exposições – de forma um tanto histórica, como avalia o físico espanhol Jorge Wagensberg, que criou e dirigiu o Museu de Ciência de Barcelona, conhecido por transformar a abordagem museológica em ciência. Tido como um dos grandes pensadores de museus na atualidade, Wagensberg deu palestra no Icom.

– A tecnologia caduca sempre muito rapidamente. As boas ideias, por outro lado, não caducam jamais. É nisso que os museólogos nunca devem economizar: as boas ideias para explicar boas histórias com inteligência e beleza! Um bom museu não se constrói como se faria um livro ou um filme, quer dizer, começando pelo índice. Um bom museu, insisto, se constrói sobre um punhado de ideias brilhantes – defende o físico.

Para ele, as instituições podem ser mais atraentes usando apenas “inteligência e beleza, e não sequestrando os típicos falsos estímulos do *show business* ou do *best-seller*”.

– Um estímulo é bom simplesmente quando te incita a continuar na aquisição de conhecimento. Os que se esgotam em si mesmos são outra coisa, talvez pornografia?, e o que faz um bom museu é contar boas histórias usando a realidade em vez de imagens e palavras – completa Wagensberg.

À frente do debate intitulado “O museu e a condição humana: o horizonte sensorial”, Ulpiano Bezerra de Meneses, professor emérito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, é crítico do uso de exposições *blockbuster* para atrair público (“Sou também contra o caráter ‘explosivo’ e avulso desses megaeventos, o que em longo prazo não contribui para implantar o desejável funcionamento do museu”, argumenta) e diz que “fetichizar a tecnologia é transferir para ela aquilo que se deve creditar aos homens e a seus interesses, aspirações, competência, criatividade”.

– Tornar o museu mais atraente não pode ser um alvo em si, mas um recurso para melhor atingir os objetivos a que a instituição se propõe. Seja como for, deve ser evitado a todo custo o risco de infantilizar o público. O museu tem que investir nesse público, para amadurecê-lo, e isso não quer dizer dispensa de esforço e compromissos. Já imaginar que a tecnologia, por si só, é fator de atração inclui sério risco, pois, se ela é uma mediação, pode, também, converter-se em objetivo. Ela deve servir aos propósitos e compromissos do museu e não, como pode acontecer, servir-se dele – avalia o professor da USP.

De forma poética, o físico Wagensberg resume o que, para ele, é de fato o museu do século XXI:

– Um museu é hoje um valiosíssimo instrumento de troca social que se mede por como ele muda a vida das pessoas – diz o espanhol. Um visitante tem que sair do museu com “fome”, ou seja, com mais perguntas do que tinha ao entrar ■



Jarbas Passarinho
Ten Cel Art

CREPÚSCULO DO CIVISMO

Enganam-se os que julgam apenas pelas aparências, quando supõem que está viciada de saudosismo irrealístico a queixa de que, esfacelados os valores que moldaram nossa geração, estaria ferido de morte, no mundo contemporâneo, o civismo. Não. Infelizmente não se trata de exagero. É uma constatação que requer interpretação talvez sociológica. Ademais, é um fenômeno universal de nossos dias, nas sociedades abertas.

Não há muito tempo, um conferencista falava para certo auditório, constituído somente de professores de Educação Moral e Civismo. Em dado momento, citou exemplos de vidas edificantes, cuja significação maior residia na dificuldade que cercara a infância de homens posteriormente notáveis. Falou de Machado de Assis, epileptoide, mulato, duas vezes órfão, vendedor de doces, em tabuleiro, que, no entanto, se transformara na maior figura da literatura brasileira. Passou, rápido, pela história de Pedro Américo, menino pobre do interior, cujo talento é descoberto por naturalistas estrangeiros, que o recomendam a D. Pedro II, e que seria mais tarde o mais notável de nossos pintores da fase clássica. Trouxe à baila, na carreira das armas, Osório, cuja fulgurante trajetória começou como soldado lanceiro de Cavalaria, nas coxilhas do Rio Grande, nascido de família humilde. Quando ia o conferencista a servir-se de outros exemplos igualmente

fascinantes, um dos professores, no auditório, o interrompeu, para objetar:

— O senhor acha que é justo falar de vidas gloriosas para os meninos que têm fome, em suas casas e, muitas vezes, só se alimentam da merenda escolar?

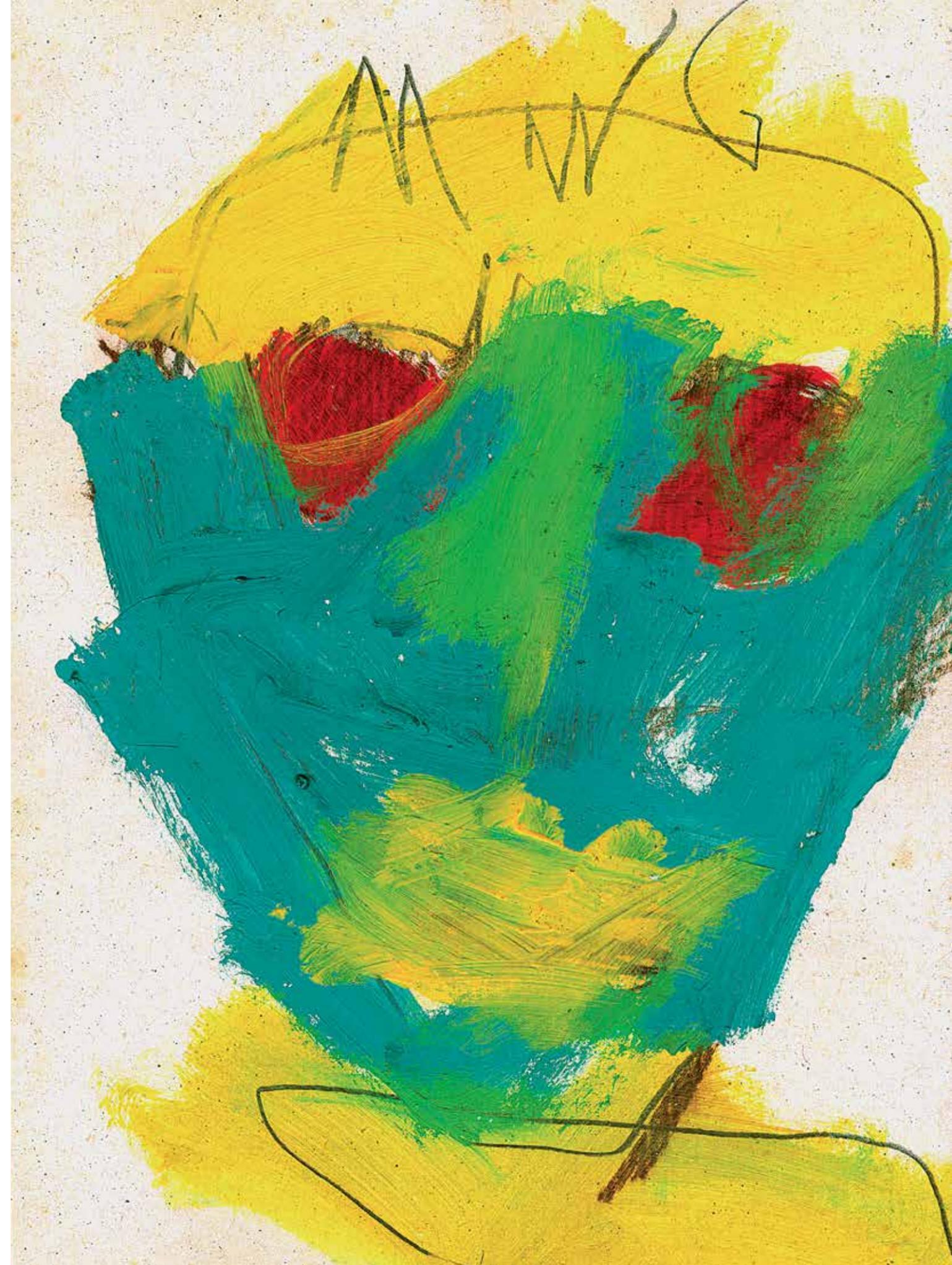
Fortes aplausos ecoaram na sala, a saudar a colocação do interpelante. O conferencista, não tivesse ele experiência de auditórios de toda natureza, teria, certamente, encerrado ali a conferência, uma vez que seus ouvintes deviam ter, por missão precípua, difundir o civismo entre as crianças, pois, eram precisamente professores especializados em Moral e Civismo. Refazendo-se, aos poucos, da surpresa, argumentou que fora ele próprio menino muito pobre, e nada mais fazia que socorrer-se da lição que colhera ao estudar, na sala da biblioteca pública, que frequentava por não ter livros, ele próprio, a vida daquelas mesmas personagens. Se elas lhe haviam comunicado força e determinação para vencer os obstáculos de uma sociedade injusta, por que não serviriam também para os pobres de hoje, especialmente se tivessem a assisti-los o que ele não tivera: verdadeiros professores, capazes de falar de esperança aos desesperados?

Colheu algumas palmas, de parte do auditório, que reagia, ainda que frouxamente, a seu favor. Reanimado, prosseguiu, para dizer que havia duas posições a adotar diante da pobreza. Uma, era agravá-la. Dizê-la irremediável

porque consequência da exploração do homem pelo homem. Injetar, desde logo, não apenas a inconformação com a sociedade, mas o ódio contra tudo o que ele representava. Numa palavra, preparar o braço do revolucionário. Outra, recusando pregar a resignação, consistia em estimular a criança para vencer, não importa quantas dificuldades lhe fossem impostas pelas injustiças sociais. Ele preferia a segunda, até porque já lera, em algum lugar, que é bendito aquele que preservou do desespero o coração de um menino.

Só então as palmas cresceram de intensidade, evidenciando que a maioria se colocava ao seu lado. Vencera o que chamo de simbolismo da “Vida e Morte Severina”, a dura condenação das desigualdades, a denúncia do que não é justo, mas que termina por uma mensagem de fé, de crença, de estímulo.

Ficara no ar, todavia, um aviso de considerável gravidade: o do papel que um professor de tal disciplina pode desempenhar, para o bem, ou para o mal, para a multiplicação dos ressentimentos que haverão de explodir na violência, ou do fortalecimento da criatura humana, do revigoramento de suas potencialidades, não apenas para que possa ultrapassar as barreiras que encontre, mas que, sobretudo, seja moldado de tal maneira que, ao vencer, não esqueça suas origens e seu dever de lutar para que o mundo seja melhor ■





Maj Brig Ar Lauro Ney Menezes
consultaero@globo.com

Reequipamento, modernizações: E o avião de combate futuro?

Cenário 2015-2030

A América Latina conta, atualmente, com cerca de 1200 aviões militares, dos quais 600 aviões de combate de vários tipos. Menos da metade são aeronaves a jato, na grande maioria, de concepção antiga (anos 1950/60) e que, em grande parte, já foi submetida a um programa de modernização de diversos níveis. O custo e a complexidade da renovação/revitalização desses antigos sistemas de armas tornam essas opções de “renovação” cada vez mais onerosas e discutíveis, já que são executadas sobre células cujas vidas úteis já se encontram limitadas ou em finalização (mortalidade).

A despeito dos problemas orçamentários/financeiros com que se defrontam todos os países, as perspectivas econômicas do continente sul-americano começam a se tornar, em médio prazo, mais otimistas e atraentes. Dessa forma, tornando o horizonte do ano 2015, o mercado potencial de “novos aviões” (entender aeronaves novas e usadas de tipos inexistentes no acervo atual) pode chegar a 500, aos quais devem ser acrescentados o apoio técnico, o armamento os sistemas de armas e o treinamento. Esse potencial pode totalizar 2/3 bilhões de dólares, pelos quais estarão “lutando” os industriais (e Governos) franceses, americanos, russos, britânicos, suecos, sul-americanos e israelenses.

Nos tempos atuais, as modernizações/revitalizações constituem um fundo de co-

mércio apreciável. Porém, durante quanto tempo? As células das aeronaves envelhecem, a despeito de toda a “maquiagem” que lhes possa ser aplicada. Por essa razão, alguns países (entre eles o Brasil), elegeram não apenas a modernização de sua frota de combate para o momento presente como uma aeronave de nova geração, a partir do primeiro decênio do novo século(?). Até lá, ainda é possível imaginar um mercado intermediário para introduzir aeronaves usadas capazes de serem modernizadas e acrescentadas às frotas já em serviço, a título de reposição de perdas e/ou aumento das frotas (força em ser).

Assim posto, é possível prever três linhas de ação para o continente:

- 1 - prolongar a vida dos aviões atualmente em serviço até o ano 2015 através das modernizações/revitalizações;
- 2 - incorporar complementarmente um número de aeronaves usadas compatíveis com a frota em serviço, para recompletar perdas ou manutenção do potencial bélico;
- 3 - ao mesmo tempo, negociar a substituição da frota atual por aeronaves de nova geração, a partir de 2020.

REEQUIPAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS E CÔERÊNCIA

Recentemente, a mídia tornou público os Planos de Reequipamento das Forças Armadas. Matéria anteriormente mantida

como de “prioridade e domínio interno” passou a figurar (natural nas democracias maduras) como um assunto que requer – compulsoriamente – conhecimento e a participação da Sociedade. Que, afinal, “pagará a conta”.

Um dos atuais dilemas das Nações Modernas, ao ter que dimensionar suas Forças Armadas, é a decisão a tomar quanto à quantidade e qualidade da estrutura/meios a manter em serviço. “Tamanho, sofisticação” (e custos) além do necessário, dificilmente encontram sociedades dispostas a pagar.

Desde os últimos conflitos, os governos do mundo vêm tentando compensar o gap quantitativo porventura existente impondo a maior qualidade técnica possível aos seus sistemas de armas e equipamentos. Evidentemente, a tecnologia de ponta também tem valor elevado, sendo possível imaginar que o custo final das Forças Armadas “de qualidade” seja bem maior do que o custo daquelas “de quantidade”. De qualquer forma, parece ser muito mais fácil às Forças Armadas (1º Mundo) a obtenção de verbas para a primeira linha de ação do que para a segunda! E é, a partir desse ponto, que parecem se originar os parâmetros que intervêm no processo de renovação mundial do material militar. Entre eles, o Brasil que obtém recursos fabulosos para revitalizações e nada para as novas armas...

Em que pese essa situação conjuntural, é óbvio que as indústrias bélicas do 1º Mundo não produzem seus sistemas de armas e equipamentos tendo como destinatário, exclusivamente, o seu mercado interno. E não o fazem, somente por razões de ordem econômico-financeira, mas, também, por razões estratégicas, já que tudo é produzido visando, também, a exportação: (“manutenção de área de influência”?...).

Dessa forma, no momento em que estes sistemas bélicos são oferecidos ao mercado mundial, automaticamente passam a servir de referência como padrão de qualidade tecnológica. E é sob a égide dessa “rationale” que os fornecedores são conduzidos e induzidos a desenvolver sistemas de armas, com padrão de qualidade cada vez mais elevado. Em assim agindo, a Indústria de Defesa Mundial termina por condicionar e orientar as opções dos compradores internacionais (caso do Brasil). Mesmo que os tradicionais compradores entendam que os sistemas de armas modernos estão muito além de suas necessidades e requisitos, são estimulados a participar dessa corrida balizada pelo encantamento tecnológico. Por óbvio...

O Brasil aparece embutido nesse processo de duas formas: é um país emergente(?), que vive e sobrevive sob os percalços de membro dessa comunidade, mas, ao mesmo tempo, é detentor de uma indústria militar de alguma competência e capacidade produtiva. Em que pese essa posição, o Brasil ainda é um grande comprador de equipamentos de combate de primeira linha. E, além disso, participa – associadamente – de programas multinacionais destinados a prover sistemas de armas para suas Forças Armadas e, também, para a (possível) exportação. Isso significa “ser capaz de especificar tecnicamente esses produtos e produzi-los”. Entretanto, e adotando a citada prática mundial, estabelece requisitos além da sua necessidade, de forma a procurar acompanhar a “corrida”

de vendas de produtos militares. Sendo, entretanto, detentor de um mercado interno incapaz de absorver o “break-even” dos programas da linha industrial militar, é natural que seja compelido a elaborar especificações técnicas que devam atender às demandas das Forças Armadas do Brasil e, além disso, disputar uma posição de exportador e fornecedor internacional: tese e antítese.

Por decorrência, as aquisições brasileiras para material de 1º linha e colocadas no mercado mundial ficam sujeitas às posturas adotadas pelos grandes fornecedores de armas, que vivem sob efeitos da disputa pelo poder mundial. Assim, é muito comum que as decisões quanto ao desempenho técnico-operacional de nossas armas de primeira linha estejam altamente dependentes da “onda tecnológica” esposada pelos grandes fabricantes. Somos, portanto, levados ao alinhamento quase automático à tese da qualidade: “more money buys more mission performance”... por óbvio. Mas, pergunta-se: até que ponto a nova tecnologia “paga” seu preço em nosso combate? Ou, até que ponto os nossos gastos “compram” melhor desempenho no cumprimento de nossas missões?

“Encurrulado” no contexto em que a meta é “quanto mais sofisticado melhor”, o Brasil termina por não poder se liberar desse círculo vicioso, mergulha no território das soluções extras-refinadas para seu material de 1º linha em que até as modernizações/revitalização praticadas (supostamente baratas) custam fortunas! Veja a modernização dos A1 brasileiros

Com recursos financeiros limitados, quase nenhuma nova aquisição foi recentemente realizada pelo Brasil, tendo a Alta Administração Militar optado pela modernização/revitalização das frotas aéreas, navais e terrestres. Mas, mesmo sob essa tônica, as modernizações/revitalizações vêm sofrendo dos efeitos da mencionada circunstancialidade, já que a tendência tem sido incorporar tecnologia além do necessário.

Por outro lado, naqueles programas industriais militares para consumo “in house”, o “frenesi” tecnológico também vem à tona e, apoiado em uma bem fundamentada “rationale” e dialética, faz com que o produto tenda para a incoerência tecnológica com o nosso cenário (político, operacional e financeiro) e que, no final, também fica mais caro!

Além disso tudo, em todo o momento em que é aventada a hipótese de reequipamento das Forças Armadas vem à tona a famosa (e falaciosa) tese da “transferência de tecnologia” vinculada à mencionada compra. Pergunta-se: transferência de qual tecnologia? É possível crer que um projeto de desenvolvimento de tecnologia de ponta para qualquer sistema de armas, que já consumiu bilhões de dólares e, às vezes, dezenas de anos de desenvolvimento, venha a ser entregue “na bandeja” para um pobre comprador que só vai adquirir 12 a 18 aviões de uma cadeia produtiva, cujo “break even” exige um mínimo de 250 aviões para ser economicamente viável? Só na cabeça dos sonhadores... ou teóricos. Que aí estão, à vista... O sempre citado programa binacional Itália-Brasil, (AMX) não resultou em transferência de tecnologia e sim na transferência de “conhecimento de métodos e processos” de produção e industrialização. Foi extremamente caro e mais serviu à EMBRAER. O resultado aí está. Que a FAB responda...

Portanto, para manter os programas de reequipamento militar atualizados é imprescindível prever o quê serão as nossas Forças Armadas nos próximos 30 anos. Aí cabe, então, optar por soluções que sejam compatíveis com os nossos problemas, com o nosso cenário, sem nos ofuscarmos pelo brilho do avanço tecnológico excessivo, pois poderemos estar à procura dos populares “elefantes brancos”, sem dúvida, incompatíveis com o nosso bolso e, mais do que isso, com o nosso cenário e a nossa política de Defesa!

O FX2 como aqui se enquadrara?... ■



Francisco José Degrazia Dellamora
Cel Av e pesquisador do INCAER

Flâmula, uma relíquia do passado

Flâ.mu.la [Do Latim flammula] S.f.1. Pequena chama.

2. Naut. Bandeirola comprida e estreita, empregada como distintivo, tem as cores nacionais, ou para sinalizar, nos navios de guerra; galhardetes.

3. Mil. Pequena bandeira, geralmente de duas pontas na extremidade flutuante, que guarnece as lanças de cavalaria.

4. Bandeirinha triangular sem haste, com emblema ou divisa de clube, escola etc.

Em tempos passados, as Forças Aéreas do mundo tinham como tradição representar, com flâmulas, as diversas unidades aéreas da organização. Era uma cultura, inclusive desportiva, quando flâmulas eram “troçadas” por capitães de times, em competições e em atividades militares. Esse proceder remonta aos primeiros exércitos medievais, que necessitavam de faixas coloridas para identificar seus combatentes, sendo que, mais tarde, estas evoluíram para os brasões da nobreza.

Tais tradições foram-se perdendo nas brumas do passado, até que deixamos de ver esses objetos! Algumas unidades da FAB foram desativadas e, aos poucos, foram sendo naturalmente esquecidas,

como também a sua história e os seus brasões e insígnias.

Em 2012, no INCAER, oficiais especialmente designados para escrever parte dessa história, pesquisavam documentos sobre o Comando Aerotático Naval (CAT NAV) e o Comando Aerotático Terrestre (CAT TER). Esses pesquisadores levantavam dados a respeito de suas histórias e observavam como eram poucas as fontes de consulta. A situação causava um pouco de nostalgia ao grupo, até porque todos viveram situações semelhantes em outras organizações que foram extintas!

Ativado em 1958, o CAT NAV era situado no Aeroporto Santos Dumont, próximo ao comando da então Terceira Zona Aérea. Foi organizado por decreto de 1º de março de 1957 e definido como “uma Grande Unidade que tem, como finalidade, a instrução e o adestramento das Unidades Aéreas destinadas ao emprego conjunto com as Forças Navais”. O CAT NAV era Subordinado ao Ministro da Aeronáutica, por intermédio do Estado-Maior da Aeronáutica, e comandado por Brigadeiro ou Major-Brigadeiro do Ar.

Em 1961, o então Ten Cel Av Carlos Affonso Dellamora (Aspirante de 1941) chefiou a 3ª Seção do Estado-Maior do

CAT NAV, responsável por planejar e coordenar ações da Força Aérea em operações aeronavais, conjuntas ou combinadas. Na ocasião, eram realizadas, periodicamente, as “Operações Unitas”, exercícios simulados de guerra aeronaval, reunindo forças navais e aeronavais do Brasil, Estados Unidos, Argentina e Uruguai.

Em 2012, passadas várias décadas da extinção do CAT NAV, foi encontrada, nos pertences do saudoso Brigadeiro do Ar Dellamora, falecido em 4 de setembro de 2007, uma flâmula, cuidadosamente guardada, daquela brilhante organização.

Assim, graças ao cuidado de um veterano, que a guardou com respeito carinhoso, ressurgiu, à luz, a flâmula histórica e venerável do CAT NAV, portadora de tradições e muito trabalho dos seus integrantes do passado.

Levada para uma sala do INCAER, ocasionou um momento de reverência e reflexão, dirigido a todos os companheiros que serviram naquele poderoso Comando e um agradecimento ao “senhor do acaso”, por nos haver proporcionado uma viagem no tempo, através da imagem significativa, carregada da história da FAB, naquela emblemática flâmula ■



Visita ao

Sétimo de Patrulha

Luis Alberto Costa Cutrim

Cel Av

Pesquisador do Grupo de Estudos
do Curso de Pensamento Brasileiro

luis.cutrim@gmail.com

No dia 20 de novembro de 2013, os participantes do curso de Pensamento Brasileiro do Clube de Aeronáutica, em viagem de estudos a Salvador, Bahia, tiveram a oportunidade de visitar as novas instalações e conhecer os novos equipamentos do Primeiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação (1º/7º GAV), o famoso Esquadrão Orungan, estacionado na Base Aérea de Salvador.

Após um almoço no rancho da Base, o grupo se dirigiu à sala de briefing do 1º/7º GAV onde foi proferida uma palestra pelo Oficial de Operações do Esquadrão sobre o histórico, a missão, a nova aeronave, as novas responsabilidades e os relatos das primeiras missões reais realizadas pelas equipagens operacionais desse novo sistema de armas da FAB.

A seguir, foram visitadas as novas instalações do Esquadrão, tais como: o novo Anexo Operacional, os novos Hangares e seções de Suprimentos e de Manutenção, e feita uma visita dirigida ao interior da nova aeronave de Patrulha, o P3-AM.

O P3-AM da FAB é uma aeronave ímpar entre os P3 Orion existentes em muitas Forças Aéreas ao redor do mundo. Explicaremos:

O Orion é uma das mais conhecidas, versáteis e empregadas plataformas de patrulha marítima e combate antissubmarino (ASW) do mundo. Derivado do L-188 Electra, o P-3 possui três versões básicas: P3-A, P3-B e P3-C, que geraram uma série de derivações, up-dates e modernizações, assegurando a operação da aeronave, como vetor de ponta, em mais de 20 Forças Aéreas, por quase 50 anos. Ao optar pelos P3-A estocados no deserto do Arizona, a FAB adquiriu uma excelente



Participantes do Curso do Pensamento Brasileiro na sala de briefing do 1º/7º GAV

plataforma aérea a um baixo custo, na qual, agregados equipamentos e sistemas de missão no estado da arte, faz dessa aeronave de patrulha a mais eficiente, entre os turbos hélices empregados nesse tipo de operação.

Durante a nossa visita, tivemos a oportunidade de cruzar com uma completa tripulação (11 militares) canadense do P-3 Aurora daquela Força Aérea, que estava em Salvador, em missão de intercâmbio com a FAB, com a finalidade de conhecer

os equipamentos e as capacidades desse novo vetor de Patrulha.

A chegada do Orion faz ressurgir na FAB a capacidade de realizar missões antissubmarinos (ASW), suspensas, em 1996, com a aposentadoria dos P-16 Tracker. Para cumprir as missões ASW e também ASuW, o P-3AM está equipado com o poderoso sistema tático totalmente integrado (FITS), um sistema originalmente desenvolvido pela EADS CASA (hoje Airbus Military), capaz de condensar, processar

e gerenciar todas as informações obtidas pelos sensores, sistemas de comunicações e de navegação da aeronave.

O P-3AM, além de missões de emprego naval e de busca e salvamento (SAR), será um dos principais vetores a ser empregado no combate à pesca ilegal dentro da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), uma faixa de 370 km a partir do litoral, da qual o País detém a soberania, bem como a proteção das reservas petrolíferas do pré-sal, uma importante e estratégica fonte de riquezas naturais.

Além do radar de abertura sintética Elta EL/M-2022 e do FLIR Safire II, os quadrimotores Orion do esquadrão Orungan estão equipados para lançar sonoboias, boias radiossônicas e marcadores, além de cargas de profundidade, minas, torpedos Mk.46 e mísseis ar-superfície AGM-84 Harpoon.

Neste último aspecto, urge a necessidade de imediata disponibilidade de recursos para a aquisição do armamento descrito, visando completar as capacidades do Sétimo de Patrulha, em neutralizar ou eliminar as ameaças aos interesses do Brasil ■



Comitiva do Curso do Pensamento Brasileiro IV junto à aeronave P-3AM

UM HINO PARA A FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Brig Ar Teomar Fonseca Quírico
Presidente da Associação Brasileira
dos Pilotos de Caça (ABRA-PC)
teoquirico@oi.com.br

Já de algum tempo venho me propondo a escrever este artigo que, devido à proverbial preguiça, venho adiando dia após dia. Tanto adiei que um dos protagonistas da história – nosso querido e inesquecível veterano de guerra, Maj Brig José Rebello Meira Vasconcelos – veio recentemente a falecer.

E no embalo da dor do seu falecimento e da vibração vivida poucos dias atrás, quando da cerimônia militar na Academia da Força Aérea de transmissão do cargo de seu comandante, é que, finalmente, decidi-me a pôr no papel algumas ideias.

Talvez tenha passado despercebido que não temos um hino da Força Aérea Brasileira. Entoamos o hino dos aviadores como se nosso hino fosse, mas bem sabemos a diferença de um piloto militar do aviator de uma forma geral.

Em verdade essa diferença – Aeronáutica e Força Aérea – dá margem a uma série de considerações que extrapolam o objetivo deste artigo, mas é certo que sentimos e sabemos a diferença existente, a ponto de um antigo comandante da aeronáutica ter manifestado que se sentiria realizado o dia em que colocasse no prédio do comando na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, o letreiro “Comando da Força Aérea Brasileira” ao invés de “Comando da Aeronáutica” como até então existia.

Voltando ao objetivo inicial proposto, o fato é que não temos um hino da Força Aérea.

Segundo o dicionário De Michaelis, a definição de hino é: SM (gr hýmnos) 1. canto de louvor ou adoração, especialmente religioso. 2. canto musicado em exaltação de uma nação, de um partido, de uma instituição pública ou instituto particular, agremiação e semelhantes. 3. canção, canto, coro. col hinário.

Numa linguagem militar, diria que hino é um cântico que emula guerreiros no combate, que incentiva a união, o espírito de corpo, a superação de obstáculos, cantado não com a voz, mas entoado pelo coração, e que nos leva ao sacrifício de tudo, até mesmo da própria vida na defesa

daquilo que entendemos como certo em defesa da pátria.

Os mais antigos sabem, mas os mais jovens talvez desconheçam que nossa Força, no início, era dividida entre os “provenientes” do exército e os “oriundos” da marinha, que passaram a viver dentro de uma mesma estrutura por força da criação do Ministério da Aeronáutica e a extinção da Aviação Militar do Exército e da Aviação Naval da Marinha. Essa divisão era tão forte, que se dizia a boca pequena, que a FAB só engrenaria o dia em que tivesse oficiais-generais formados já pela Escola de Aeronáutica, dentro de uma doutrina única.

Como veem, muito se passou para termos uma Força Aérea unida em torno de um mesmo ideal e professando as mesmas ideias. E esse longo caminho iniciou em 1941, quando os aspirantes da Marinha e os cadetes do Exército se reuniram pela primeira vez debaixo de um mesmo teto no Campo dos Afonsos para dar consecução à Força Aérea Brasileira e ao Ministério da Aeronáutica.

E dentro desse quadro de doutrinas diferentes, de rivalidades existentes é que surgiu, no fundo de um alojamento da Escola de Aeronáutica nos Afonsos, a canção “Bandeirantes do Ar”.

Contava o Maj Brig Meira, que dentro daquela confusão generalizada existente e de desconfianças mútuas foi que surgiu um aspirante oriundo da Escola Naval que começou a escrever, nos fundos de um alojamento, ao fim de mais um dia de trabalho, e em meio aos companheiros ali reunidos os primeiros versos da canção: ...a esquadilha é um punhado de amigos, a vibrar a vibrar de emoção, não tememos da luta os perigos, nem dos céus a infinita amplidão, sobre mares, planícies, sobre montes, viveremos por sempre a voar, bandeirantes de novos horizontes para a bandeira da Pátria elevar, bandeirantes de novos horizontes para a suprema conquista do Ar!

Se fecharmos os olhos e imaginarmos a cena... desconhecidos vindos das mais diferentes origens, com pensamentos os mais diversos possíveis, com descon-

fianças mútuas, de repente reunidos nos fundos de um alojamento e entoando... Nós somos da Força Aérea Brasileira, o nosso emblema é a águia altaneira, que há de ser grande, forte e varonil, lutaremos, morreremos, pela Bandeira do Brasil!... podemos facilmente perceber a força que a canção passou a ter na formação do espírito de corpo que hoje orgulhosamente temos.

Entre as nuvens dos céus vendo a terra, vivem lá os cadetes do ar, comandando a grande arma de guerra, baluarte da Pátria sem par, adestrados ao fogo da metralha e ao governo de seu avião, estarão sempre prontos à batalha, para a defesa do nosso torrão, estarão sempre prontos à batalha, por defender o auriverde pendão!

Meus nobres amigos, nós somos exatamente isso que a canção entoava, independentemente do nosso quadro ou especialização. Ela exprime exatamente o que sentimos quando vestimos nossa farda azul barateia... um punhado de amigos, a vibrar de emoção, somos bandeirantes de novos horizontes, somos da Força Aérea Brasileira, o nosso emblema é a águia altaneira e lutaremos e morreremos pela Bandeira do Brasil!

Não me perdoe o fato de só colocar essas ideias no papel após a morte do nosso querido Maj Brig Meira, pois ele teria a oportunidade ímpar de relatar de própria voz e como testemunha ocular de como os fatos aconteceram. De qualquer forma, fica o registro por ele relatado.

Não tenho nada contra o Hino dos Aviadores. Pelo contrário, ele é belíssimo e tem, por certo, seu lugar de destaque assegurado. Mas, é dos aviadores em geral... nada contra, mas entoando um e outro eu me sinto muito mais identificado pela canção Bandeirantes do Ar do que por ele.

Somos militares, somos aviadores militares, nem melhores nem piores... mas, certamente, diferentes dos demais aviadores, e dentro desse espírito é que proponho que a Força Aérea oficialize a Canção Bandeirantes do Ar, hoje hino da Academia da Força Aérea somente, como hino da Força Aérea Brasileira como um todo ■

VISITANDO A ACADEMIA

Israel Blajberg (*)
Engenheiro
ibljaj@hotmail.com

De Nova Iorque pode-se facilmente chegar à USMA – United States Military Academy. São cerca de 150 km, menos de duas horas por trem, ônibus ou carro. O Wodbury Common – Premium Outlet, mega shopping center muito procurado por brasileiros, a 30 km de West Point, é também uma opção para visitar.

Para tanto, alugamos um carro, o que em NY é um processo automatizado. As locadoras quase não têm mais locais próprios, empregam garagens comuns, abundantes na cidade, terceirizando a operação. Escolhemos uma bem ao lado do hotel. O atendimento é apenas um quiosque tipo caixa eletrônico. Na tela surge a funcionária da HERZ que à distância conduz o aluguel; ao final passa-se o cartão de crédito, a máquina imprime o contrato e o atendente da garagem desce o carro.

O GPS nos conduz até Woodbury – surpresa: multidões de chineses, cartazes em chinês por toda parte; quiosque de atendimento com funcionárias chinesas, estacionamento com dezenas de ônibus e vans com dizeres e motoristas chineses e por aí vai. Da última vez que lá estivemos, há poucos anos, mal me lembro de ter visto algum chinês.... quase não havia.... é um sinal dos tempos.

Madame não vai a West Point, cumprirá missão logística de compras. Pegamos a estrada, região montanhosa, e logo aparecem placas indicativas de campos de treinamento, depósitos e instalações, ocultos pela mata.

Chegando ao Centro de Visitantes constatamos que também foi terceirizado, como se fosse um shopping center de tamanho médio, com todas as facilidades típicas, grandes lojas de artigos militares, livros, suvenires alusivos, museu bastante completo. Outra terceirizada, West Point

Tours opera passeios em vans e ônibus de todos os tamanhos. O Centro está cheio de visitantes, principalmente grandes grupos de crianças e escolares. Há dezenas de ônibus da empresa circulando, e quem não fez a reserva aguarda uma oportunidade. É o capitalismo explícito, até em West Point. Qualquer interessado pode fazer a visita, tudo funciona como se fosse mais um city tour disponível em qualquer cidade.

Nossa visita será de outra natureza, previamente combinada com o Public Affairs da USMA, equivalente a nossa Comunicação Social. Somos recebidos pelo Ten Cel Sherman L. Fleek, Command Historian da Academia.

A USMA ocupa amplo espaço ao longo de suave curva do Rio Hudson, teatro de antigas batalhas. Criada em 1802, pelo Presidente Thomas Jefferson, é mais nova que a nossa Real Academia, estabelecida em 1792 na Casa do Trem.

Na época colonial, ambos os lados



MILITAR DE WEST POINT

identificaram a importância estratégica do planalto na margem oeste do rio Hudson. O General George Washington considerava West Point como a posição estratégica mais importante da América, e para lá transferiu seu PC. Ele escolheu pessoalmente o polonês Thadeusz Kosciuszko, herói de Saratoga, para projetar as fortificações de West Point em 1778, e estender uma corrente de ferro de 100 toneladas para controlar o tráfego fluvial. A Fortaleza de West Point jamais foi capturada pelos britânicos, sendo a mais antiga instalação militar continuamente ocupada na América.

O núcleo central compreende amplos alojamentos e restaurante que atendem a seis mil cadetes, as casas dos comandantes (há três oficiais-generais, Superintendente, Comandante do Corpo de Cadetes e Reitor) e oficiais, com os prédios emoldurando um grande campo de parada em frente ao rio. Já mais ao longe, nas elevações circundantes, situam-se incontáveis instalações de todos os tipos: esportivas, capelas, almoxarifados, até um cemitério, e mais para a periferia, os campos de treinamento pelos quais passamos no caminho. Do outro lado das elevações há inúmeros prédios, salas de aulas,

biblioteca, quadras esportivas, em área bastante extensa, ainda que paradoxalmente o estacionamento seja muito difícil para quem não tem vaga cativa, como sói acontecer no centro das cidades em geral.

A visita começou na Biblioteca, grande prédio de vários andares, a estátua do fundador Thomas Jefferson no hall. Há centenas de livros em português e de temas brasileiros.

No Salão Nobre há bustos, quadros e peças históricas, entre os quais o primeiro oficial-general negro, da Classe de 1870, cadetes famosos como Eisenhower e Omar Bradley, da mesma classe de 1915, Patton, Sherman, Pershing, Mac Arthur e outros ilustres egressos. As mulheres somente passaram a ser admitidas em 1976.

O Cel Sherman foi muito solícito, e nas poucas horas disponíveis passou uma ideia sintética, mas compreensiva da academia. Ele é um Santo dos Últimos Dias (mórmon), autor de trabalhos inéditos sobre o Batalhão Mórmon da Guerra Civil, e os 10 mórmons que receberam a Medalha de Honra do Congresso. Infante e piloto militar, formou-se no ROTC, tendo servido na Alemanha e Iraque. Atualmente, na Reserva, é o Historiador do Comando da USMA.

Havia poucos cadetes circulando na semana de provas finais, formatura próxima. Conversamos com alguns, o do Alabama “arranhava” português. Há cursos de capoeira disponíveis. Espelho da sociedade, identificamos cadetes de diversas etnias, seja pela fisionomia ou nomes incomuns nas plaquetas. Andando pelas calçadas, muitos nos saudavam espontaneamente com um sorriso ou uma continência.

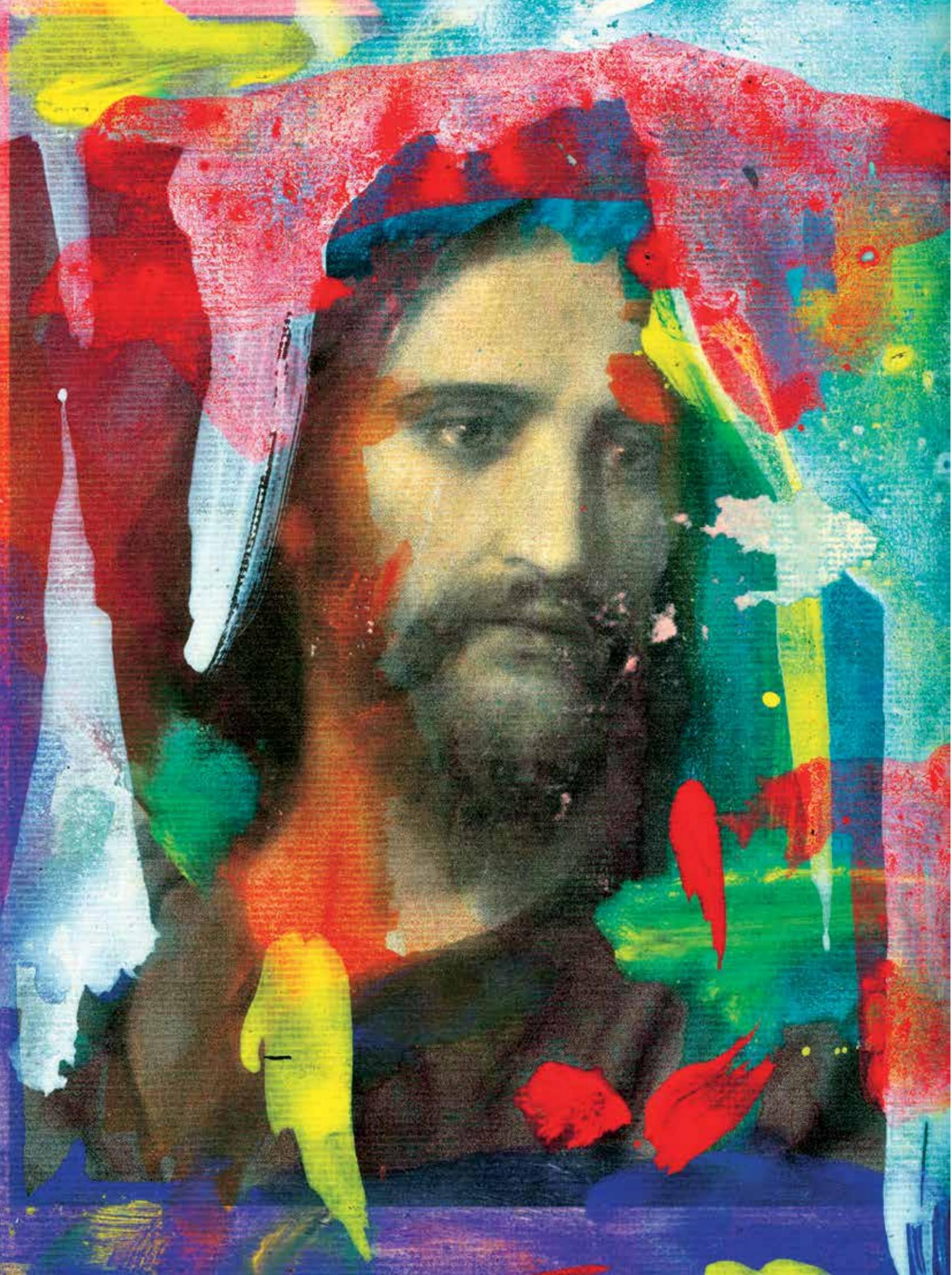
Há várias comunidades religiosas de inúmeras confissões, e inter-religiosas, supervisionadas por uma Coronel Capelá, denominadas Cadet Chapel. A Jewish Chapel possui um Major, designado como Jewish Chaplain. O Jewish Chaplains Council estima que há cerca de 10 mil homens e mulheres da religião judaica em serviço ativo.

Foi uma breve, mas inspiradora visita, recapitulando 211 anos de história. Esperando poder retornar mais vezes, encerramos esta singela narrativa com os tradicionais brados dos dois Exércitos amigos:

BRASIL! - GO ARMY! ■

() Em missão cultural, maio/2013, com apoio do USMA Community Relations, Public Affairs Office*





João Geraldo Machado Bellocchio

Teólogo

jbellocchio@ig.com.br

UMA VISÃO TEOLÓGICA NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

O homem é o único ser que se angustia no seu questionamento: quem sou eu? Esta pergunta outrora levantada na filosofia antiga perpetua-se até hoje na tentativa de entender a humanidade. Este absurdo do questionamento da própria existência remete o homem a uma realidade de racionalidade, distinguindo-o dos demais seres visivelmente criados. Os demais entes não sofrem desse dilema, submetendo-se às leis e fenômenos da natureza. A compreensão da existência humana é importante para o homem, porque é através desse questionamento que ele criará a rede de informações que o ajudará a manter a consciência sobre os seus atos nos diversos campos necessários à sua sobrevivência. É a partir desse conceito que se examina a formação de um povo, com culturas e etnias diferentes.

Na descoberta do seu ser, o homem se percebe em duas dimensões: a de imanência e de transcendência. O imanente está ligado à dimensão física, corpórea, do factível, das tradições, da realidade presente. O transcendente é o processo de abertura, do ir mais além, perceber-se capaz de um olhar diferente, que o leva ao sonho, a utopia, a necessidade de superar a sua limitação física. É nessa dimensão do extraordinário que levou o homem a conquistas significantes e a uma evolução que ultrapassa meramente o aspecto do corpo. Evoluímos naturalmente, somos diferentes dos homens que nos antecederam no período pré-histórico e dentro da história propriamente dita somos diferentes dos nossos antepassados dentro dos nossos contextos culturais.

O nosso estudo se pautará pela experiência fenomenológica. A evolução do co-

nhecimento como se dá hoje é mais rápida do que em gerações passadas. Atingimos um nível em que o evoluir do pensamento, como dado de ciência, ultrapassa o conhecimento dentro da mesma geração por diversas vezes. Antes não éramos mais o homem do tempo das cavernas, ou da antiguidade, ou ainda da Idade Média... Somos o homem da modernidade, mas dentro dela, já não somos mais o homem de um ano atrás. O que deveria ser apenas uma ordem biológica torna-se imperativo que somos diferentes não apenas fisicamente, pela lei natural das coisas, mas somos diferentes pela forma de agir e pensar. Essa evolução levava anos, senão séculos anteriormente. E, talvez, chegaremos no futuro não sendo mais o homem de ontem, o que irá adormecer e se levantar agindo e pensando diferente.

Essa dinamicidade que está presente na natureza humana em busca de um conhecimento que revele o homem àquilo que ele representa como ente, vem de tempos imemoráveis. Desde que o homem começa a fazer uso da razão, ele se questiona sobre a natureza das coisas. E na ausência da ciência, apoiou-se nos elementos míticos, mais tarde estabelecidos como religião. Esta se torna a precursora do conhecimento do homem e que deveria dar resposta a todas as suas indagações. A certo momento da história a sociedade culta separa o mito da filosofia, do discurso imaginativo para o discurso racional. A intuição, a fantasia, o sentimento, começaram a ceder espaço para a razão. O conhecimento imediato passava para a perícia da racionalidade. Inicia-se um discurso racional, de ordem filosófica, sobre a vida, imaterialidade das coisas e sobre Deus.

A comunicação humana foi decisiva para a evolução do pensamento da humanidade. O primeiro evento dessa portentosa passagem para o discurso filosófico se dá a partir do ano 3000 a.C. através da escrita, que se aperfeiçoará com os fenícios nos anos 800 a.C., substituindo os ideogramas pelas consoantes e vogais. Com o alfabeto fonético surge uma nova forma de agir. O que antes era apenas uma comunicação oral e auditiva passou para uma expressão desenhada da fala, com transmissão do conhecimento e das informações adquiridas pelas gerações passadas, ampliando a relação do saber. Essa relação vai se ampliar mais ainda no século XII, na baixa Idade Média, quando surgem as primeiras universidades. A discussão e posse do conhecimento facilitaram ao homem, tendo, logo em seguida, a chegada da impressão de Gutenberg. O domínio do saber se popularizou, saiu das mãos dos mestres para os discípulos e desses para todos aqueles que estivessem dispostos a se embrenhar por essas fronteiras, até então reservadas para um mundo seletivo dos senhores do conhecimento. Começa a segunda revolução do saber na humanidade, tendo a primeira ocorrido com a escrita.

O mundo ainda era teocêntrico até esse momento. A sociedade é religiosa, regida pelos dois braços do poder: o religioso e o secular. No ocidente teremos o surgimento da cristandade que dará a direção doravante para a formação dos reinos, estados, em uma educação fortemente alicerçada na construção do reino de Cristo através da cruz e da espada. A cristandade não foi o melhor espelho para a religião cristã, contudo deu seu contributo para a formação do ocidente.

Num mundo impregnado de religiosidade, seria ameaçador aparecer com ideias divergentes. Contudo, o primeiro pensamento do materialismo, ceticismo, agnosticismo surgem na Grécia Clássica, no período que compreendem os cinco primeiros séculos que antecedem a era cristã. Não seria uma novidade dentro do período medieval, apenas não se manifestava por medo e receio de uma oposição em uma sociedade estritamente religiosa.

Com o evoluir do pensamento, razão e fé vão tomando caminhos diametralmente opostos a partir da renascença, o que não deveria necessariamente ser assim. Ambas são filhas do mesmo criador, deveriam sempre andar juntas. Elas se complementam, realizam-se quando harmonicamente trabalham unidas. Fé e razão sempre estiverem presentes no homem, em um primeiro momento a fé sobrepujou pelo fato de ser o instrumento mais acessível para o homem. Sem o serviço da ciência, o conhecimento se dava pela subjetividade. A razão exige uma apuração maior dos fatos, enquanto a outra age pelo instinto. Em outra dimensão da história, a razão se sobrepõe a fé, em detrimento da harmonia que deveria estar presente entre elas. Quando elas ficam em lados opostos, nos extremos, é visível a distorção que acontece, gerando segmentos de fundamentalismos e fanatismo. O homem fica distorcido, fragmentado, quando elas não estão suficientemente equilibradas. Não se pode buscar a integridade do ser sem a presença das duas, o que forma e dá consciência da natureza humana é a presença da fé e razão, num movimento contínuo de reciprocidade, sem alterar essa alteridade, sem negar a necessidade de uma e de outra consequentemente, ou, tão pouco, diminuir uma e função da outra. João Paulo II, numa linguagem acessível sobre a importância desses elementos na natureza humana, ilustra no livro “No limiar da esperança”, por ocasião do novo milênio, que a religião deve ter presente a imagem da pomba, que necessita de duas asas para alçar voo. Uma é a fé e a outra a razão. Somente assim alcançará a visibilidade de algo

mais além, caso contrário ficará mutilada, arrastando a única asa que resta pelo chão.

O homem é um ser inquieto por natureza. As respostas que obtém sobre si nunca ficam totalmente esgotadas. Enquanto nele existir a capacidade de pensar sempre existirão questionamentos e a resposta que lhe satisfaz hoje não servirá para os seus anseios no futuro, até porque outros fatores irão lá adiante contribuir para que o homem busque novas alternativas. Nem sempre os dados empíricos e racionais dão conta de dar satisfação para os anseios do homem, de responder à sua totalidade. Se a ciência não consegue responder a essa inquietação humana, consequentemente ela não pode ser tomada como referência exclusiva da antropologia. É aqui que entra o sentido da antropologia: ela procura entender o homem na sua concepção e existência. Por esse motivo é que imanência e transcendência se complementam e são necessárias uma a outra para o entendimento da existência do ser humano. Elas vão entrar nos arquétipos que determinam o conhecimento do homem. Elas trabalham na construção das sínteses que globalizam a existência.

Entretanto, essas duas fontes na natureza humana podem e devem ser ampliadas, tendo novos parâmetros para esse redimensionamento, para que não seja apenas de ordem horizontal. O conhecimento não pode se dar apenas na ordem vertical como se pensava até parte do período medieval ou tão pouco através da visão horizontal, pregado pelos arautos do Iluminismo do século XVIII e de suas correntes derivadas. O homem é um ser complexo, portanto composto. Exatamente por ser um ser que não é simplificado, precisa ser olhado em todas as dimensões possíveis da sua existência. Na busca de sua origem e no desejo de saber quem ele é, o homem foi se percebendo cada vez mais presente em uma relação de unidade com o universo criado. O homem é um ser complexo em união com as coisas criadas, não pode ter uma visão apenas parcial do seu ser. À medida que ele destrói a própria criação ele destrói a si próprio. É a lei do universo na

qual ele está inserido. Ele é a obra última do Criador, por isso a relação que existe da criação com o homem forma a lei do universo. Consequentemente, o homem não é só matéria. Ele está conectado com tudo que diz respeito à criação. Ele é a referência do Criador. Essa multiplicidade de funções aparentes no homem o torna um ser de complexidade e de superioridade. Nesta dimensão do ente, entenda-se que ele não pode ser um ente indiviso, mas que está em conexão com as coisas criadas visíveis e não visíveis. E para estar nessa conexão com o invisível é necessário ter algo mais do que matéria no ser humano, que nós denominaremos de alma.

Na alma brota a fé, gera a esperança, faz o homem transcender além dos seus limites ou de suas fantasias. Inicialmente pode começar com o mito, depois com o símbolo, rito, religião. Essa vai nortear o pensamento do homem em questões de ética e de moral, ampliando a visão meramente horizontal da vida. O homem vai tomando consciência que por ser feito à imagem e semelhança de um ser divino assemelha-se a Ele, não pela natureza, mas pelo uso livre da razão. O que confere poder ao homem é esse livre arbítrio, diferente dos outros seres criados, nem os anjos tem livre arbítrio, só o tiveram uma única vez, no momento de sua criação. Ao homem é facultado o direito de ir e vir na sua peregrinação terrestre, diferentemente dos demais seres que agem pela sua natureza. Tal poder de liberdade – exclusivo da divindade – e disputado pelo homem nas religiões desde a antiguidade mostra a relevância desse assunto na antropologia teológica desenvolvida por milênios. O poder de disputa com Deus – que na literatura bíblica ocorrerá pelas figuras de Lúcifer, por parte dos anjos e de Adão, por parte dos homens, refere-se a esta questão do desejo pessoal e irrestrito, a disputa do poder de decidir. E entre essa opção, o de negar a existência de Deus.

Por isso formalizar o Credo de qualquer religião, professar um “Creio em Ti”, é um ato livre e consciente. A fé só pode existir a

partir de algo que não é mais factível, mas que esse algo se torna em referência de esperança e de crença. Ela não pode ser imposta. Isso não impede a sombra da dúvida, da mesma forma que aquele que optou por não crer ter o mesmo dilema daquilo que crê. A dúvida, ao contrário, não impede de ver algo mais além, simplesmente ela faz amadurecer o que existe formalizado na racionalidade do ser. Uma fé que não sofra o questionamento da razão permanece infantil e atrofia-se com os anos. A dinâmica está em favorecer, pela dúvida, o sujeito a perceber que ele pode chegar a outro extremo da sua crença. Que ela nunca é o fim, pode se chegar a lugares maiores do que aqueles a que está acostumado. Ter fé, afirmará o cardeal Ratzinger no livro “Introdução ao Cristianismo”, é decidir que na essência do homem há um ponto que não pode ser sustentado nem alimentado pelo que é visível e tangível, mas que toca na essência do que não é visível, a ponto de este se tornar tangível para ele revelando-se como algo indispensável à existência. Isso só é possível através da conversão, ou seja, quando se faz a transformação de algo. Converter é o ato de voltar para algo, na qualidade de ato de fé, é o homem voltar o seu conhecimento empírico para dentro de si, pois é a aí que estará presente toda informação necessária para as respostas da existência humana. Diferentemente do que pregam os empiristas ingleses, não nascemos como uma tábua rasa, mas já temos os programas instalados no nosso ser como uma máquina de computador. Basta apenas acessar e introduzir os dados, as informações serão fornecidas. E quanto mais souber manusear essa máquina, ampliaremos mais ainda a nossa visão de vida. À parte essa visão kantiana sobre o conhecimento adquirido, pode-se dizer que a dificuldade de crer no intangível depende exclusivamente de uma decisão individual que vem acompanhada de uma mudança de vida.

A antropologia teológica tem buscado definir o homem desde tempos remotos. Na tradição bíblica encontramos em Gênesis a formação do homem. A primeira narrativa

é através da sacerdotal em que narra o homem feito à imagem e semelhança do seu criador. Na história das religiões a semelhança que ocorre com o texto bíblico é que a decisão da criação do homem é sempre de um ser divino. As metáforas permeiam dentro desse contexto de acordo com o conhecimento que o homem tinha na época. Em todos os textos o homem é o centro da criação. Em Gênesis é o último ato de Deus, sem deixar de ressaltar a dependência do ser criado com o criador. No Novo Testamento ocorre uma valorização do ser humano através da pessoa de Jesus Cristo, mas será Paulo quem vai determinar uma verdadeira antropologia cristã: a comparação paulina do antigo Adão para o novo se evidencia nas cartas paulinas, em que o primeiro, que é terrestre, vai se tornar após a ressurreição, participante da vida espiritual e celeste do segundo Adão. O primeiro Adão é a figura do segundo que deveria vir (Rm 5,14).

A antropologia grega, alicerçada no platonismo, dividida em alma e corpo, acabou gerando um dualismo nas escolas cristãs cujo pensamento perfilará no primeiro milênio. A dialética do corpo/alma acaba aprisionando o ser imaterial, a alma, na parte terrena, corpo. Escravizada pelo corpo, esse se torna um mal para a alma. Desprezá-lo seria a verdadeira ascese que daria à alma condições de sobrevivência. Por essa razão, o corpo não era algo bom, embora necessário para a condução da alma nesta vida. Subjugá-lo aos interesses celestes seria colocá-lo sob o domínio de uma vontade racionalizada na literatura cristã. Longe dos prazeres mundanos, o corpo deveria estar sempre subordinado à alma. Essa antropologia, fortemente influenciada por Agostinho, influenciará o ocidente cristão, perdendo sua direção cosmológica e cristológica. Na virada do milênio, com a introdução da filosofia aristotélica, a antropologia teve uma nova vertente no ocidente. Tomás de Aquino afirma que o corpo é um componente essencial do ser humano. A ideia agostiniana de o corpo ser o cárcere da alma passa agora para uma

necessidade da alma. Ela existe por que tem um corpo. Este é apenas matéria, não subsiste por si mesmo, mas pela existência da alma. É ela que lhe confere a vida. Não existem mais aqui duas substâncias compostas, mas uma unidade integrada. Esta teoria explica a morte, cuja corrupção do corpo não pode afetar à alma, já que esta lhe dá a forma. Muitas outras concepções se farão presentes na antropologia dos séculos posteriores. A referência serão essas duas que marcaram profundamente as diretrizes antropológicas no cristianismo. A teoria mais forte ficou sendo a de Santo Agostinho, influenciando todo o ocidente na literatura cristã. Até chegar à visão tomista muitos anos serão precisos de adaptação, considerando que a primeira predominou por todo o período medieval. Foi essa visão antropológica que chegou às novas terras do mundo novo.

A evangelização não foi a mais eficiente pelos nossos desbravadores e descobridores. Havia a boa intenção, mas o preparo para a recepção do outro estava fadado a um fracasso do diálogo. Ainda se vivia sob a influência da cristandade. Embora o período renascentista já se configurasse no velho mundo, soprando novos ares sobre as velhas e arcaicas instituições, o novo mundo foi catequizado dentro dos acordes do pensamento medieval. Esse encontro díspar da cultura religiosa europeia com a cultura religiosa dos nativos dessa terra proporcionou uma visão distorcida da realidade enfatizada pelo cristianismo. Na formação da cultura do povo brasileiro, veremos que a influência da religião cristã, sob a vertente do catolicismo, com a africana, provocou um novo sistema religioso. No Brasil colônia encontraremos uma diferença cultural e étnica de diferentes povos oriundos da África. Os colonos traziam consigo o cristianismo e sua prática evangélica. Os africanos com os seus sistemas religiosos animistas. Os indígenas viviam com uma prática religiosa xamanista. A mistura das culturas e das crenças acabou resultando em novas crenças, criando o sincretismo religioso de acordo com a população oriunda de

determinados pontos geográficos da África. Os indígenas foram os que receberam maior atenção por parte dos missionários, o que os habilitou a uma crença mais específica na religião cristã, abandonando as práticas pagãs. Os negros ficaram com as práticas dos seus patrões que nem sempre zelavam tão arduamente como praticantes da fé. O número de missionários também era escasso. Nos grandes centros havia colégios jesuítos que cuidavam da educação, mas nas fazendas irmandades, confrarias, foram crescendo para cuidar dos interesses espirituais das famílias. A prática religiosa nesses locais era confinada a interesses familiares.

A crença dos africanos de um Deus criador comum a todas as nações africanas foi assimilada ao Deus cristão, o que facilitou a aceitação da nova religião. É bem verdade que esta aceitação se deu de modo parcial, considerando que a evangelização era mais imposta do que compreendida à luz da razão. A aceitação de elementos cristãos com as práticas e doutrinas religiosas da religião animista africana deu origem a outras vertentes como o candomblé, umbanda, batuque, saravá, tambor de minas etc. Elas perduram até os dias de hoje e conservam a cultura do seu povo, das suas origens. Alguns elementos da tradição religiosa africana fixaram-se no folclore brasileiro, como a dança da capoeira, o ritmo dos tambores, a comida, a vestimenta etc. Graças a este sincretismo foi possível preservar as tradições da longínqua mãe-terra, como também ter maior conhecimento da cultura e tradição desse povo. Essa associação cultural deu-se de modo diferente nos indígenas, que embora estando na sua própria terra, perderam as suas tradições e identidade com a nova evangelização. Alguns resquícios ainda são notáveis dessa cultura, como o catimbó, mas numa escala bem menor do que a cultura africana. Essa simbiose de princípios cristãos e não cristãos ainda é visível na cultura brasileira até os dias de hoje.

A religião no Brasil é muito diversificada, caracterizada por esse sincretismo. A maior característica do país atualmente

é da mobilidade religiosa, muito diferente do Brasil colônia e da época do Império. Tradicionalmente reconhecido como país cristão católico, nas últimas décadas tem ocorrido acentuada queda da transferência de católicos para outras igrejas. O Brasil ainda é um país com maior número de cristãos (87%), cuja maioria é católica (64,4%) de acordo com o último censo religioso acusado em junho/2012. O cristianismo, na vertente do catolicismo, foi a religião oficial do Estado até Constituição Republicana de 1891, que determinou o Estado laico. Estão presentes algumas denominações protestantes históricas e o acento tem se dado, sobretudo, na vertente pentecostal. Outras expressões religiosas também se evidenciam, destacando-se as religiões animistas provenientes dos africanos e indígenas. Uma minoria está classificada nas religiões como budismo, islamismo, judaísmo. No último censo foi declarado que 7,4% da população brasileira (12,5 milhões de pessoas) são ateístas, agnósticas ou deístas. Esse último grupo tem sido a maior preocupação por parte das autoridades em estudo das ciências religiosas, no que tange em crescimento vertiginoso na crença em Deus sem estar ligado diretamente a uma instituição ou agremiação religiosa. Qual a razão desse grupo que mais cresce e se destaca em relação aos demais? Seria um esclerosamento das Instituições atuais? O discurso não estaria inapropriado para a geração da modernidade, da cibernética, cujos conceitos e aplicações se transformam rapidamente da mesma forma que a máquina é substituída em pouco tempo por uma mais adaptada e funcional.

Qualquer que seja a resposta estamos diante de um fato. Também é certo que o acento da queda dos católicos nesta configuração no cenário nacional fará com que nos próximos 20 anos sejam menos do que a metade da população. O Brasil tem sido uma fonte para o neopentecostalismo, com exportação do produto fabricado na própria casa, tipo *made in Brazil*. É possível que o favorecimento dessa religiosidade no país esteja na formação religiosa do Brasil

colônia. O sincretismo formulado anteriormente através do encontro das diferentes culturas e religiões fundamente o encontro das diferentes denominações cristãs com seus simbolismos e referenciais religiosos, sendo experienciados na cultura moderna em uma única corrente de pensamento religioso. O espírito da mobilidade religiosa formado na miscigenação do povo brasileiro, que foi elemento provocador da simbiose religiosa, talvez seja o mesmo na referência do pentecostalismo cristão. As igrejas pentecostais são uma mistura das igrejas cristãs protestantes tradicionais com alguns ritos católicos. Acrescentem-se, ainda, alguns referenciais da religião africana, como necessidade imperativa à religiosidade popular. A religiosidade do povo brasileiro é supersticiosa, recorrente a credulidades.

De certa forma, a questão religiosa no país continua formando os grupos sociais como no tempo da evangelização. Os seguidores do neopentecostalismo são os que buscam soluções imediatas para os seus problemas pessoais e por isso é um grupo volátil, sem fixação de credo. Os tradicionais continuam com as igrejas históricas, mas já sofrem internamente com a mudança proveniente da nova cultura social. Não é de se estranhar que numa mesma família se encontre pessoas vivendo sob o mesmo teto com religiosidade diferente, algo inimaginável no passado. O surgimento de tantas igrejas e seitas proporciona ao brasileiro uma diversidade de opções religiosas. O fenômeno não é tanto pela esfera de algo novo sendo oferecido no campo espiritual, mas do charlatanismo que se faz presente em muitas ramificações cristãs e de credos de ritos afro-brasileiros. E é possível que já em outras também comece a despontar esse mal do século. A manipulação religiosa tornou-se um cancro na sociedade moderna. Antes instrumento de adequação do homem a um campo ético e moral, hoje atende aos ideais pessoais, criando igrejas cujas regras são aquelas que satisfaçam os anseios dos seus líderes, deixando a mente dos seus fiéis num *laissez-faire*, com pontuações relativistas ■



Olavo Nogueira Dell'Isola
Cel Av
olavondellisola@task.com.br

AJUEDEMOS A SALVAR JERUSALÉM

Em nossa vida, nada é mais doloroso do que a perda de um ente querido, como pai, mãe, esposa, marido, filhos etc. Nas guerras, devido aos bombardeios, instalações militares, prédios e moradias em geral são destruídos e pessoas, combatentes ou não, são mortas ou gravemente mutiladas. Por isso, os países deveriam envidar todos os esforços possíveis para, jamais, entrarem em guerra, mesmo que tivessem legítimas razões para assim agirem. Como piloto militar, da Força Aérea Brasileira, embora preparado para tais missões, tive a grande felicidade de jamais ter tido necessidade de delas participar. Por outro lado, tive a grande felicidade, como piloto do Correio Aéreo Nacional – o CAN –, de realizar missão de apoio aos militares brasileiros que integravam o Batalhão Suez, enviado ao Oriente Médio como parte das Forças de Paz da ONU, sediadas na Faixa de Gaza, entre Egito e Israel.

Há anos, palestinos e israelenses disputam a posse de áreas fronteiriças. Depois de sua criação, em 1948, e sucessivas guerras entre esses povos, Israel, de fato, expandiu suas fronteiras. Hoje, Israel busca mantê-las, e os palestinos buscam reconquistá-las. De um lado, partem os ataques, provocando insegurança e lamentáveis vítimas. Do outro, por alegada necessidade de defesa, ocorrem os contra-ataques, causando, também, destruição e perdas humanas. Países que se revezam em agir como mediadores, em geral, têm uma tendência em favorecer um ou outro lado, e, talvez por isso, fracassam. Assim, não há qualquer esperança de que venha a ocorrer, mesmo em longo prazo, uma paz definitiva. E as muito lamentáveis mortes de inocentes continuarão a acontecer. Contudo, como sugere o texto do livro, “The Seventh Day”, entre os próprios combatentes militares, a paz é desejada. Segundo o texto, após uma sangrenta batalha, na guerra de Israel e o Egito, com grandes perdas em ambos os lados, soldados egípcios derrotados se entregam. Um deles, gravemente ferido, desmaia e cai. O Major Médico, Shimon Asher, de Israel, ao perceber a queda do soldado inimigo, entrega sua arma e seu capacete para um companheiro, apanha sua maleta e corre para tentar reanimá-lo. Quando o paciente reabre os olhos e sorri, seus colegas, ainda surpresos com a atitude do médico adversário, festejam e gritam “Viva Israel”.

No Brasil, devem existir muitos israelenses e palestinos que, aqui radicados, vivem em absoluta paz. Tais cidadãos poderiam, de imediato, iniciar, juntos, um grande movimento para estender a paz em que vivem para as suas regiões de origem. Entre eles, seria nomeada uma comissão mista de alto nível, com elementos extremamente dedicados e estudiosos da questão, para, com absoluta imparcialidade, sugerirem a definitiva demarcação das fronteiras dos Estados de Israel e da Palestina, o qual seria oficialmente estabelecido, sem cercas ou muros, ou outras separações físicas, e com garantia de absoluta liberdade de ir e de vir para os dois povos. Com tal desejada mundialmente solução, Jerusalém estará, definitivamente, salva ■

A REPÚBLICA MAL-AMADA

Em '1889', Laurentino Gomes narra em detalhes a súbita queda do Império brasileiro e a tentativa de implantação de um novo sistema político que, afirma, ainda não se consolidou totalmente no país.

Pedro Sprejer

pedro.sprejer.personale@oglobo.com.br

Carcomido em suas bases, o Império brasileiro caiu em 1889, sem ter quem o defendesse. A construção de uma república democrática no país, porém, permaneceria um sonho por muito tempo. Logo, a aristocracia rural, as pernas que sustentavam o velho gigante imperial, ergueu o que o escritor Laurentino Gomes chama de uma “república de prática monárquica”, reproduzindo o antigo sistema de privilégios e injustiça social. Em “1889” (Globo Livros), volume que conclui a trilogia iniciada pelos best-sellers “1808” e “1822” (ambos pela Nova Fronteira), Laurentino descreve os bastidores da queda da Monarquia e a Proclamação da República, com seus personagens mais famosos e alguns coadjuvantes que ajudaram a moldar a História do país.

Por que, como você escreve, o 15 de novembro se tornou uma “data sem prestígio no calendário cívico brasileiro”?

O Brasil tem uma república mal-amada. Isso é resultado da forma como se deu a troca do regime em 1889, mas também da própria história republicana. Em 1889, os propagandistas republicanos prometiam uma série de ideais inspirados no que acontecia na Europa e nos EUA, como a ampliação da participação popular no processo político, o respeito às liberdades civis e aos direitos, a liberdade de expressão, uma melhor educação, o fim do analfabetismo, e outras melhorias que não aconteceram naquele momento. Essa república rapidamente se converte numa ditadura militar sob o marechal Deodoro da Fonseca e, em seguida, o Floriano Peixoto. Quando o poder

volta para as mãos dos civis, com Prudente de Moraes e Campos Salles, a equação política continua muito parecida com a do Império, com um presidente da República que vem da aristocracia rural e é apoiado pelos barões do café da era do Império. É, de fato, uma república muito curiosa: sem povo, com uma prática monárquica e que falha em entregar suas promessas de 1889.

A República nasce descolada das ruas?

Sim. A campanha republicana não tinha ressonância nas urnas. Não havia no Brasil um povo habilitado a ser agente de transformação política. Os republicanos se aproveitaram de uma briga entre o Exército, que se considerava desprestigiado após a Guerra do Paraguai, e o governo monárquico. O próprio Marechal Deodoro era um copo de mágoas já transbordado. Ele é usado pelos conspiradores e dá o golpe na Monarquia mais por um ressentimento pessoal do que por convicções republicanas. Tanto é que, em momento algum do dia 15 de novembro, Deodoro proclamou a República, ao contrário do que diz a História oficial. Aparentemente, o objetivo inicial dele não era derrubar a monarquia, mas apenas destituir o ministro da Guerra, o Visconde de Ouro Preto. Ele só muda de opinião na madrugada do dia 16, ao saber que o imperador havia convidado para chefiar o ministério o seu principal adversário, o senador Gaspar da Silveira Martins, um liberal do Rio Grande do Sul. Os dois eram adversários não só na vida política, mas também na vida pessoal. Eles haviam disputado, alguns anos antes, a Baronesa de Triunfo, uma viúva muito sedutora. Na ocasião, Silveira Martins levou a melhor e dali surgiu uma inimizade. É curioso que essa mulher, hoje quase ignorada pela História, tenha sido uma espécie de madrinha da República no Brasil.

Dom Pedro II permanece como um mistério na História do país. Afinal, quem foi o nosso último imperador?

É importante diferenciar a figura em

carne e osso do mito. A primeira é encantadora, um homem muito tolerante, um grande intelectual. Dom Pedro II é uma coisa exótica nos trópicos: um homem alto, loiro, de olhos azuis num país dominado pela escravidão. Entre tantos pobres e analfabetos, ele era um leitor, um intelectual. Mas ele cumpre também um papel de símbolo. Não é por acaso que em quase todas as fotografias e quadros ele aparece com um livro na mão ou com um instrumento científico. Ou seja, ele tenta projetar o que o Brasil deveria ser, mas não era. Projeta como símbolo a imagem de um soberano, um monarca europeu ilustrado e liberal, mas que, contraditoriamente, governava um país dominado pela escravidão, pelo analfabetismo, pelo latifúndio, pelos coronéis que faziam a justiça no interior. Então, tanto o Império brasileiro quanto o seu imperador eram uma miragem, descolados do Brasil real. Por outro lado, o imperador desempenhou, enquanto sua saúde permitiu, a função de manter o Brasil unido e suavizar os conflitos do país, graças à sua habilidade política e seu caráter tolerante e conciliador, muito diferente de seu antecessor Dom Pedro I.

E quanto a Benjamin Constant, essa figura um pouco esquecida? Qual foi a real importância dele dentro do processo que levou à Proclamação da República?

É um personagem injustiçado tanto pela Monarquia quanto pela República. Ele era um professor de matemática muito brilhante e querido por seus estudantes, que apesar de ter passado em primeiro lugar em vários concursos perdia o cargo por questões políticas. Ele não gostava de fazer esse jogo de apaziguamento, era um homem muito magoado e muito depressivo que tentou suicídio quando adolescente e nunca desempenhou de forma confortável o papel militar. Preferia ser chamado de professor. Ele era muito admirado por seus estudantes e é realmente o fermento da massa da mocidade militar, ele é quem dis-



semina as ideias republicanas e positivistas na escola militar da Praia Vermelha. Então, ele é o mentor intelectual da república entre os militares. Mas, depois da proclamação, ele enfrenta divergências muito grandes com o governo provisório. Tem aquele célebre episódio em que Deodoro o desafia para um duelo. E há uma divergência entre ele, o Deodoro e o Quintino Bocaiuva em torno de quem era o pai da república. Foi uma das razões para ao golpe em que o Deodoro fechou o congresso. Dizem que ele morreu louco, mas é um personagem fundamental para entender a república. Enquanto Deodoro é um personagem que foi seduzido pelos republicanos, como uma espécie de boi-de-piranha, Benjamin Constant é um agente ativo que sabia exatamente o que estava fazendo. Eu diria que ele é verdadeiramente o pai da república brasileira, mas injustiçado.

Por que a monarquia desmorona de forma tão passiva em 1889?

O império caiu inerte. Não houve quem defendesse a monarquia no Brasil, nem o próprio imperador, que achava que aquilo não ia dar em nada. A monarquia brasileira plantou a semente da própria destruição. Primeiro, após a Guerra do Paraguai, quando o Exército se sentiu desprestigiado e surgiu a questão militar. O Segundo Reinado foi ainda um dos períodos de maior liberdade de expressão de imprensa no Brasil. O Império deu uma tribuna para a propaganda republicana na imprensa. Além disso, o imperador era aparentemente um homem

de alma republicana. Nas cartas que enviou à Condessa de Barral, grande amor de sua vida, ele confessa que preferia ser um presidente da República a um imperador, se o Brasil já estivesse preparado para isso. Mas, talvez, o fator mais importante tenha sido a perda de apoio da aristocracia rural, que se sente traída após a abolição da escravidão, solapando a base de apoio que sustentava a monarquia.

Como se dá essa dependência do Império em relação ao apoio da aristocracia rural?

Na época da independência, havia o risco muito grande de o Brasil mergulhar em uma guerra civil ou uma guerra étnica entre escravos e brancos, caso se tornasse uma república. Então, a elite aderiu a esse projeto de monarquia para manter um centro de força e poder no Rio de Janeiro, representado pelo Dom Pedro I. A elite queria manter seus interesses e manter o território do país unido. Mas o que há é uma troca. O Império avaliza o status quo social que era representado pela escravidão e pelo latifúndio. Então, há uma interdependência. Essa aristocracia apoia o projeto imperial e em troca tem do império a garantia de que não haveria mudanças. Quando há uma mudança, em 1888, com a Lei Áurea, o Império desaba logo no ano seguinte.

A julgar pela nossa História, há risco de ver esse processo interrompido novamente?

O Brasil tem uma história mais autoritária do que democrática. Às vezes, vejo gente dizendo que temos que voltar à monarquia, aos generais ou a um homem forte como Getúlio no Estado Novo. Mas isso é uma coisa meio freudiana. O brasileiro nunca foi autorizado a participar do processo político, então ele espera que um pai mais sábio resolva os problemas por ele. Cobra do Estado, personificado por esse pai poderoso, os padrões de ética e de eficiência que nem sequer cultivava em sua vida diária. Muitos ainda esperam um rei apontado por Deus para governar o país. Mas eu acho que essa tentação totalitária um dia sairá do caminho.

Uma das questões mais citadas nas manifestações recentes foi o alto nível de



corrupção no Estado brasileiro. O que o estudo do período imperial revela sobre as raízes desse problema?

A corrupção é endêmica no Brasil e tem raízes históricas. Quando você tem um governo muito forte, muito centralizado, há uma tentação dos agentes econômicos e políticos seduzirem esse poder em troca de benefícios. Quando você tem uma sociedade democrática, realmente republicana, que pactua seu caminho de forma coletiva, o poder é muito menos permeável à corrupção. As regras são muito claras. Mas quando você tem um rei como Dom João VI, que tem a prerrogativa de distribuir títulos de nobreza, honrarias, terras, benefícios, a prerrogativa de coletar impostos ou não, a tentação de corromper o soberano ou os seus agentes é muito grande. Como o Brasil tem uma herança autoritária, isso explica a corrupção, porque se o sucesso ou o fracasso do seu negócio aqui no Rio depende do alvará que uma autarquia vai lhe conceder, você pode se sentir tentado a corromper o agente público. Quanto mais centralizado, complexo o cipó de leis e regulamentos, maior é o convite para a corrupção. Eu diria que o que vai resolver o problema da corrupção no Brasil é a gente acabar de construir a república, pactuar as regras, pactuar as instituições, de maneira que tudo fique mais transparente e mais legítimo. O brasileiro não é moralmente mais frágil ou mais corrupto, a nossa história, a forma como nós nos organizamos é que induz à corrupção ■

Raul Galbarro Vianna
Cel Av
raulgianna@gmail.com

O QUE FOI... COMO FOI... O QUE PODERIA TER SIDO



Após passar seis anos em Campo Grande (que ainda era Mato Grosso), havia chegado para servir na Base Aérea do Galeão em fins de abril de 1966.

Possuía todas as marcas e condições para voar nos dois esquadrões “nobres”, a saber: o 1º/1ºGT, dotado de aeronaves C-130 e o 1º/2ºGT, equipado com aeronaves C-54 (versão militar dos Douglas DC-4). Somente um “pequeno detalhe” era desconhecido por mim: para concorrer ao QP (quadro de pilotos) de qualquer das duas unidades aéreas, a condição sine qua non era ser, no mínimo, capitão aviador. E eu era 1º tenente. Foi uma ducha de água fria. A frustração foi grande. E eu pensava: “Caramba! Com mais de 4.100 horas de voo, sendo mais de 2.400 de bimotor, além de cartão verde de voo por instrumentos... Por essa eu não esperava!!” O fato é que teria de aguardar a promoção a capitão. Critério é critério.

Assim, tive que encarar um curso de C-47, no 2º/1ºGT, para enquadramento no “padrão COMTA”, e entrar na escala normal. O estranho neste contexto é que eu era instrutor de C-47 na unidade de onde viera (Destacamento de Base Aérea de Campo Grande), já tendo voado, até então, mais de 500 horas de pilotagem neste tipo de avião.

Após curto espaço de tempo, terminei o curso e passei a concorrer à escala do C-47, em que acabei por voar algumas missões semelhantes às efetuadas quando em Campo Grande. Durou pouco, pois logo fui promovido a capitão e levado a cursar o C-54.

Terminado o curso, passei a concorrer às linhas nacionais e internacionais, após completar a Fase IV (Tráfego Aéreo Internacional). Dentre as diversas linhas internacionais, havia duas tidas como nobres, assim consideradas não só pelo que proporcionavam em experiência e ensinamentos profissionais, como também no aspecto cultural, através do conhecimento de hábitos e costumes de outros povos, inclusive não latinos. Uma das linhas se destinava ao atendimento às tropas brasileiras engajadas em Suez, enquanto a outra, logística, atendia à CAB Washington (Comissão Aeronáutica Brasileira naquela cidade).

Assim, fui escalado para seguir a Washington em 1 de abril de 1967. A tripulação estava constituída da seguinte forma: Ten Cel Av Mascarenhas (comandante); Maj Av Maciel; Cap Av Vianna; um sargento QAv (mecânico), e, um sargento RTVO (radiotelegrafista de voo). Decolamos do Galeão na

mesma data, no C-54 2409, com destino a Belém, fazendo escala em Brasília.

No outro dia, foi efetuada a etapa Belém/Piarco (Port of Spain, em Trinidad Tobago) sem qualquer alteração, como de resto as demais etapas (Piarco/Miami, em 3 de abril, e, Miami/Washington, em 4 de abril – onde tive o prazer de pousar em Andrews Air Force Base como 1º piloto).

Em 8 de abril, conforme planejado, iniciamos a viagem de regresso, cumprindo a etapa Washington/Miami, onde pernoitamos. De acordo com a programação, decolamos em 9 de abril com destino a Piarco, onde houve pernoite sem qualquer fato novo. No dia seguinte, a etapa Piarco/Belém nos proporcionaria uma desagradável surpresa que se converteria em sofrida e desgastante experiência.

Havia cinco horas que estávamos voando quando, sem qualquer sinal de aviso, o avião, brusca e repentinamente, começou a vibrar e trepidar violentamente, de forma assustadora. A verdade é que o painel do motor nº 3 dava as indicações mais descabidas e a aeronave vibrava e sacolejava de tal maneira que nos deu a consciência clara de que algo teria que ser feito o quanto antes, caso contrário, o avião poderia se desintegrar em pleno voo.

Os pilotos naquele etapa, conforme mencionei, eram o Ten Cel Mascarenhas e o Maj Maciel. Eu, que repousava tranquilamente recostado no beliche existente, saltei de pronto para acompanhar o trabalho dos companheiros tripulantes. Com o mecânico postado entre os dois foram efetuados os procedimentos de emergência para o “embandeiramento”.

O avião, cada vez mais sacudindo e trepidando de forma violenta, e a hélice do motor nº 3 dando indicações de uma iminente tragédia. A situação era tal que a torcida maior era para que o passo-bandeira (*) atuasse quando acionado, caso contrário, seria o fim de tudo. Após agonizante expectativa, o passo-bandeira funcionou corretamente, para alívio de todos.

A partir de então, voando trimotor por instrumentos sobre a selva amazônica, feitos os cálculos, o aeroporto mais perto era o de Caiena, na Guiana Francesa, a uma distância de 35 minutos de voo. Foi reportada a emergência e tomado aquele rumo. Durante o percurso, com as condições meteorológicas melhorando aos poucos, olhando para o motor pelas janelas, ninguém conseguiu perceber nada de anormal. Nas três pás da hélice embandeirada, nada de diferente era perceptível,

posto que a posição em que pararam não ajudava. Assim, prosseguimos até Caiena, onde pousamos em emergência.

Nossa curiosidade ficou ainda mais acentuada após o pouso, pois à proporção que desenvolvíamos o táxi, víamos a expressão assustada das pessoas olhando para o avião durante o percurso. Eram expressões de perplexidade e espanto, e a gente sem entender o porquê. Lembro-me bem de uma aeronave da Air France estacionada, cujos tripulantes incrédulos (dentre eles um barbudo) balançavam as cabeças boquiabertas num tom de espanto. E a gente sem entender nada.

Após o táxi, já no estacionamento, fomos verificar o que ocorrera. Aí caímos na real. Não era crível que tivéssemos passado por aquela situação e saído incólumes! Diante de nós, o motor nº 3 apresentava duas pás de hélice inteiras e uma terceira faltando 60 cm. A hélice havia partido em voo.

Fomos adotar as providências necessárias. As ações fluíram de modo normal e eficiente. Um C-130, procedente do Rio de Janeiro, chegou com presteza conduzindo uma hélice e uma equipe especializada. Assim, a viagem atrasou um dia somente.

Foi possível, então, imaginar alguns

cenários, fazer conjeturas e algumas perguntas (cujas respostas, no meu entender, variam de acordo com as crenças individuais).

Uma tragédia poderia ter ocorrido se, por exemplo, o pedaço de 60 cm da hélice tivesse, por ação da força centrípeta, ido ao encontro do corpo do avião – o que, certamente, acarretaria o seccionamento no mínimo em duas partes. Mas, o fato é que foi arremessado na tangente para fora, e deve estar até hoje perdido na selva amazônica.

Outro aspecto a ser considerado é que, durante o “longo” curto período de violenta vibração e trepidação, criou-se uma situação de tamanho desbalanceamento da hélice, que poderia acarretar a inoperância total do passo-bandeira e, com isso, a inutilidade de qualquer procedimento. Assim é que, no meu “feeling”, com todos os sustos e contratempos da situação, estávamos muito bem “protegidos”, uma vez que até a meteorologia contribuiu para reduzir o sufoco na nossa chegada em Caiena. Pelo menos, foi assim que eu entendi. Mas isso fica por conta da crença de cada um ■

(*) Passo-bandeira: resumidamente, é a posição neutra das pás das hélices em relação ao vento, fazendo com que não ocorra resistência ao avanço da .

A FAB perde o seu último piloto veterano da Segunda Guerra: Maj Brig Miranda Corrêa

Júlio César Guedes Antunes

Professor do Deptº de Computação do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais e pesquisador de história militar com foco na Segunda Guerra Mundial.
saladeguerra@gmail.com

Faleceu no dia 15 de setembro de 2013, no Rio de Janeiro, de causas naturais aos 93 anos de idade, o piloto do 1º Grupo de Aviação de Caça, Major-Brigadeiro-do-Ar José Carlos de Miranda Corrêa.

Nascido em Rio Grande-RS, Miranda completou seus estudos e seguiu para a capital federal, ingressando na Escola Militar do Realengo. Em dezembro de 1941, com a criação da Força Aérea Brasileira, foi transferido para a nova força, sendo declarado Aspirante. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em agosto de 1942, Miranda e outros colegas se tornaram a primeira linha de defesa do país contra as investidas do Eixo, que aconteciam na forma de ataques de submarinos.

Desta maneira, o Brasil passou a receber diversas aeronaves modernas de fabricação americana, entre elas o hidroavião de patrulha Consolidated PB5-5 Catalina. Miranda foi um dos pilotos que voaram diversas missões de patrulha com o Catalina em nosso litoral, partindo da Base Naval do Rio de Janeiro. Bem cedo na manhã de 31 de julho de 1943, ele decolou como copiloto do Aspirante Alberto Martins Torres a bordo do PB5-5 "Arará", tomando o rumo de Cabo Frio para iniciar patrulha. Após 10 minutos de voo, receberam um relatório do Rio de Janeiro dizendo que havia sido detectada atividade submarina na área, e cerca de uma hora depois fizeram contato visual com o submarino alemão U-199 do Kapitänleutnant Hans-Werner Krauss, que já havia afundado o veleiro brasileiro Changri-lá em 4 de julho. Atacando com o sol atrás de si, Torres fez manobras evasivas para escapar da artilharia de deque do submarino, e, então, passou para Miranda o comando de lançamento das bombas. A 100 metros do U-199 Miranda lançou uma carga explosiva que destruiu a proa do submarino. Torres fez uma segunda passagem de ataque, lançando mais algumas bombas contra o barco que já começava a afundar; em seguida, lançou três botes salva-vidas para os sobreviventes. Apenas 12 tripulantes, incluindo Krauss, sobreviveriam.

Quando em dezembro de 1943 Getúlio



Miranda Corrêa em seu P-47 "Arlette", batizado em homenagem à sua primeira esposa. Nero Moura logo proibiu esse tipo de personalização dos Thunderbolts, que receberam seriais na carenagem do motor



Miranda Corrêa e Ten Brig Ar Saito



Miranda Corrêa (esq.) e seu auxiliar, o Sargento Monclar Góes Campo, na Seção de Inteligência do Senta a Pua, na Itália

Vargas criou o 1º Grupo de Aviação de Caça – que seguiria para combate na Europa – o Tenente-Coronel Nero Moura foi nomeado seu comandante, e este teve por primeira missão selecionar um grupo de "homens-chave" que seguiriam imediatamente para Orlando, na Flórida, para treinamento. Neste seleto grupo de 16 oficiais e 16 sargentos estava incluído o então 2º Tenente Miranda Corrêa, que foi designado Oficial de Inteligência da unidade, visto que era tido como culto e estudioso, já fluente em inglês e francês. Seguindo para Orlando em janeiro de 1944, Miranda inteirou-se de todos os procedimentos da USAAF para planejamento operacional e análise de resultados em unidades de caça. Em março foi para o Panamá e depois para Suffolk, nos EUA, onde travou contato com o Republic P-47 pela primeira vez. Em setembro, seguiu com o grupo para a Itália, montando sua seção de inteligência na Base Aérea de Tarquinia. Não satisfeito com seu desempenho de "mero analisador" das missões, Miranda resolveu voar ele mesmo em combate com a Esquadrilha Azul, decolando para sua primeira missão em 13 de novembro. Até o dia 3 de janeiro de 1945, ele voaria um total de 8 missões de combate, adquirindo para si a

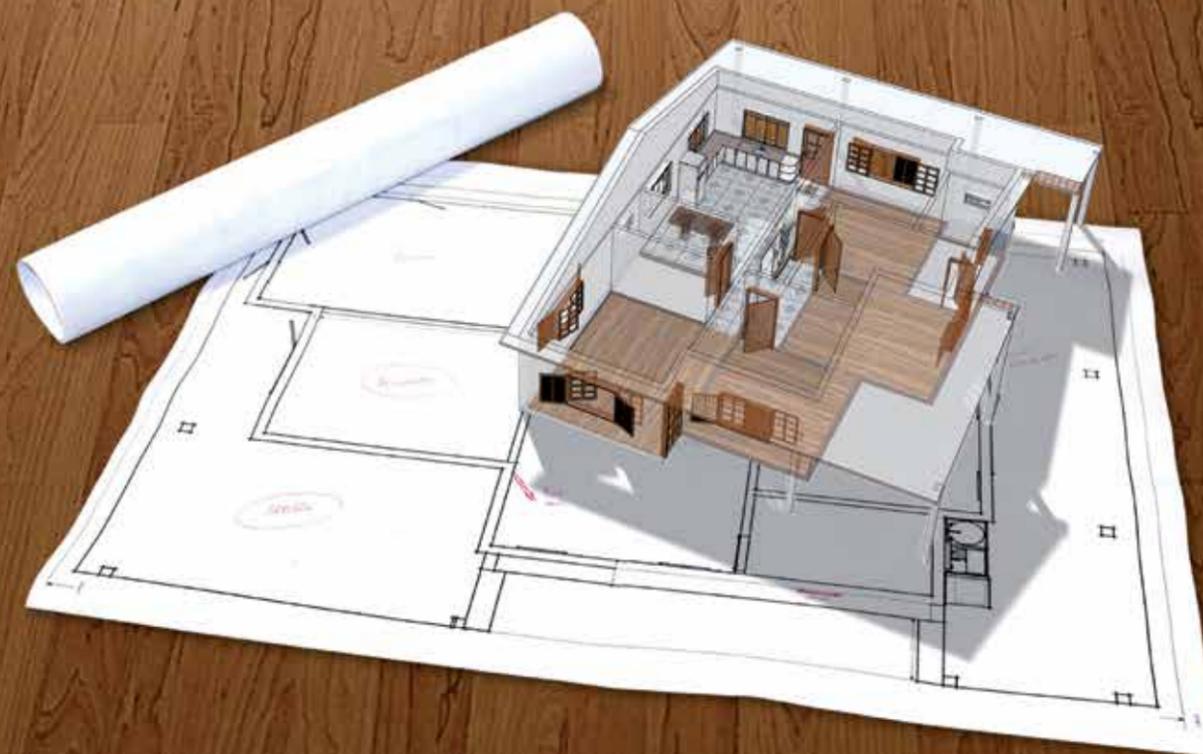
própria perspectiva do piloto de caça, o que teve impacto direto no rendimento operacional do Senta a Pua nos meses finais do conflito.

Após a guerra, Miranda permaneceu na FAB, graduando-se em Engenharia Aeronáutica e servindo como diretor do Parque de Aeronáutica de Belém entre 1951 e 1952. Posteriormente, foi diretor de engenharia da Diretoria de Material e Diretoria de Rotas da FAB. Miranda Corrêa passou para a reserva na patente de Major-Brigadeiro-do-Ar, trabalhando em seguida na Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO) em Montreal, no Canadá.

O Brigadeiro Miranda Corrêa era ativo participante das comemorações do 1º Grupo de Caça até 2010, quando sua saúde começou a decair bastante. Residia em Teresópolis, com sua terceira esposa. Ele deixa um filho, do primeiro casamento.

Miranda Corrêa era o último piloto do 1º Grupo de Aviação de Caça a participar da campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial, desde a morte do Brigadeiro Rui Moreira Lima em agosto deste ano. Resta agora somente Major John William Buyers, da USAAF, que realizou 21 missões voluntárias com o Senta a Pua, ainda vivo ■

Com a POUPEX é assim, você decide adquirir a sua casa própria e, quando menos espera, o sonho sai do papel.



Aquisição de imóvel residencial ou comercial,
novo ou usado, construção de imóvel residencial
e para aquisição de terreno e de material de
construção com as melhores condições e
agilidade na liberação do crédito.

Mais informações: 0800 61 3040

Financiamento Imobiliário

POUPEX

ESCRITÓRIO REGIONAL DA FHE NO RIO DE JANEIRO - ESCRJ

Palácio Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro-RJ - Fone (21) 2253.8395 - Fax (21) 2253.0860

www.casapropriapoupex.com.br

